



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
CAMPUS II – AREIA – PB**

LIDIANE ALVES SOARES

**O ENSINO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NO CURSO DE
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UFPB: uma análise da
importância da disciplina na formação docente**

**AREIA – PB
2015**

LIDIANE ALVES SOARES

**O ENSINO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NO CURSO DE
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UFPB: uma análise da
importância da disciplina na formação docente.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro de Ciências Agrárias da
Universidade Federal da Paraíba, como parte
dos requisitos para obtenção do título de
graduada em Licenciatura em Ciências
Biológicas.

Orientadoras: Prof^ª. Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger

Prof^ª. Msc. Magna Lúcia da Silva

**AREIA – PB
2015**

LIDIANE ALVES SOARES

**O ENSINO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NO CURSO DE
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UFPB: uma análise da
importância da disciplina na formação docente.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro de Ciências Agrárias da
Universidade Federal da Paraíba, como parte
dos requisitos para obtenção do título de
graduada em Licenciatura em Ciências
Biológicas.

APROVADO EM 27 DE FEVEREIRO DE 2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger
Orientadora - DCFS /CCA/UFPB

Prof. Msc. Magna Lúcia da Silva
Orientadora - DCFS /CCA/UFPB

Prof. Dra. Maria Betânia Fernandes de Vasconcelos
Examinadora – DCFS/CCA/UFPB

Prof. Esp. Robson de Lima Peixoto
Examinador – DCFS/CCA/UFPB

Dedico este trabalho aos meus pais, Maria das Graças e Reginaldo, e a toda a minha família, por estar sempre ao meu lado, em todos os momentos da minha vida; ao meu esposo e filho; e aos amigos que sempre estiveram ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir que tudo isso acontecesse ao longo da minha caminhada dando força para enfrentar e continuar nos momentos difíceis.

A minha família, aos meus pais Maria das Graças Alves Soares e Reginaldo dos Santos Soares que foram as pessoas mais importantes nesta caminhada e aos meus irmãos, Cristiane, Ricardo e Aline.

Ao meu esposo, Erick F. B. Hermenegildo e ao filho Lucas Vinícius A. Hermenegildo por toda dedicação e apoio, não só neste trabalho como em todos os momentos da minha vida.

Aos meus “amigos para sempre” do curso, por tudo que passamos e vencemos juntos com momentos de alegria e aprendizado que ficarão presentes na minha memória, pois sem eles não teria conseguido chegar até aqui: Bruno Ferreira da Silva, Tatiana Ferreira de Lima Brito, Fernanda dos Santos, Maria das Mercês Serafim dos Santos Neta, Rildo de Oliveira Fernandes, Fábio Cardan de Souza Silva e Tiago Perreira Florentino.

Aos meus professores, que contribuíram para minha formação acadêmica e que serviram de exemplos na minha vida pessoal e profissional.

As minhas orientadoras, Prof. Dra. Ana Cristina Silva Daxenberger e Prof. Msc. Magna Lúcia da Silva que me guiará ao longo dessa pesquisa, sempre com paciência e atenção.

Aos professores da banca, pela disponibilidade e as contribuições valiosas para a finalização do trabalho.

A todos os entrevistados, que contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

A importância social desta pesquisa se dá pela possibilidade dos graduandos terem conhecimento sobre o reconhecimento de direitos da população surda e os princípios que alicerçam a inclusão, principalmente, após uma década de reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), pela Lei 10.436/02, regulamentada pelo Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Este decreto determinou a obrigatoriedade da disciplina da Libras nos cursos de formação de professores e de Fonoaudiologia. Sendo assim, este trabalho objetivou analisar as contribuições do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), na formação inicial do professor no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, na Universidade Federal da Paraíba, Campus II. O embasamento teórico está de acordo com Honora; Frizanco (2009), Silva (2009), Couto; Rúbio (2014) entre outros. Os dados foram obtidos através de um questionário semiestruturado, composto por 15 perguntas para 40 alunos em curso e egressos; assim delimitados: 20 que já cursaram a disciplina obrigatória da LIBRAS, mas ainda estão em curso; e 20 alunos em egresso e que cursaram a disciplina. Os dados foram organizados por temas de estudos assim distribuídos: o ensino da LIBRAS; conhecimento apriori, sua importância e dificuldades para adquiri-la; contribuição do ensino de LIBRAS; conteúdos apresentados e abordados pelos professores; visão dos graduandos sobre a didática dos professores. A partir dos dados, conclui-se que os graduandos apresentam dificuldades na aquisição da LIBRAS, sendo as principais a execução de expressão facial e corporal; a maioria não conhecia a LIBRAS antes de cursar a disciplina, mostrando assim a importância da disciplina na formação inicial de professores, caso contrário os mesmos chegariam a sala de aula sem nenhum conhecimento a respeito da LIBRAS. Outro aspecto avaliado pela pesquisa foi a ação didática dos professores da LIBRAS, a qual todos os graduandos apontaram que a mesma foi ótima, destacando vídeos como excelente recurso didático. Vale ressaltar que o ensino da LIBRAS, na formação dos professores, é extremamente importante para contribuir na possibilidade de ações inclusivas em escolas básicas, facilitando a aprendizagem e a comunicabilidade entre os sujeitos do processo aprendizagem: professores, gestores, alunos ouvinte e não ouvintes.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Professores. LIBRAS. Inclusão Social.

ABSTRACT

The social importance of this research is given by the possibility of graduating students have knowledge about the recognition of the rights of the deaf population and the principles that underpin the inclusion of the Brazilian population, especially after a decade of recognition of Brazilian Sign Language (Libras), by Law 10.436 of April 22, 2002, regulated by Decree 5.626 of December 22, 2005. This decree, when regulated this law, determined the mandatory of the discipline of LIBRAS in teacher training courses and speech therapy. Thus, this study aimed to analyze the contributions of the teaching of LIBRAS in the initial teacher education in the Graduation course of Biological Sciences at the Federal University of Paraíba, Campus II. The theoretical basement is in accordance with Honora; Frizanco (2009), Silva (2009), Couto; Rúbio (2014) among others. Data were collected through a semi structured questionnaire consisting of 15 questions to 40 students in course and graduates; so defined: 20 students which have studied the compulsory subject of LIBRAS, but are still finishing the graduation; and 20 students who have completed the course. Data were organized by study's themes and distributed as follows: Learners' view on the acquisition of LIBRAS from the Discipline's Contents; Perception of Students about the didacticism used by the Discipline's Teacher; Knowledge of Students about the Positive and Negative Points, as well as the Update of Teachers; Availability of Service to Students Outside the Classroom and Requirement with the Contents. From the data it can be concluded that the graduates have difficulties in the learning of LIBRAS, in which the main point is the performance of facial and body expressions; most of them did not know LIBRAS before they have taken the course, but they point to the importance of it in their education. Another aspect evaluated by the research was the didactic action of teachers of LIBRAS, which all graduates indicated they enjoyed the didactic used, highlighting videos as excellent teaching resource. It is worth mentioning that the teaching of LIBRAS in formation of teachers is extremely important because it contributes in the possibility of inclusive actions in basic schools, facilitating learning and the communicability between the subjects of the learning process: teachers, administrators, listener students and not listener students.

Keywords: Teacher Education. LIBRAS. Social Inclusion.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	LIBRAS: ASPECTOS HISTÓRICOS, LEGAIS E CONCEITUAIS.....	12
2.1	DEFINIÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: ASPECTOS CONCEITUAIS E LEGAIS.....	16
3	METODOLOGIA: O PERCURSO REALIZADO.....	21
4	A ANÁLISE DOS DADOS: ENTENDENDO O OLHAR DOS DISCENTES SOBRE O ENSINO DE LIBRAS.....	24
4.1	OS CONTEÚDOS ENSINADOS NAS AULAS DE LIBRAS.....	26
4.2	PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE A DIDÁTICA DO PROFESSOR DA DISCIPLINA.....	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
	REFERÊNCIAS.....	35
	APÊNDICE.....	41
	ANEXO.....	46

1 INTRODUÇÃO

A inclusão está a cada dia ganhando mais espaço, graças às mudanças de pensamento da sociedade e da preocupação de se ter uma educação inclusiva. Este termo passou a ser discutido a partir da Declaração de Salamanca, em 1994, que trouxe normativas e diretrizes para o processo de inclusão social de pessoas com deficiência na área de políticas públicas, mas este ainda é um desafio para o Estado e seus sistemas de educação.

A exclusão de pessoas surdas é um assunto bastante preocupante. Desde a antiguidade, os Gregos viam os surdos como animais, pois para eles o pensamento se dava mediante a fala e sem a audição os surdos ficavam fora dos ensinamentos e com isso não adquiriam o conhecimento.

Segundo Honora e Frizanco (2009), na Grécia, os surdos eram tratados como seres incompetentes e que por não possuírem uma linguagem, não eram capazes de raciocinar. Assim, não tinham direitos, eram marginalizados, muitas vezes, condenados à morte. Seguindo este modelo, os Romanos, influenciados pelo povo grego, também viam os surdos como seres imperfeitos e os excluía da sociedade.

Na Idade Média, a Igreja Católica teve papel fundamental na discriminação, já que para ela o homem foi criado a “imagem e semelhança de Deus” e quem não se encaixasse neste padrão eram postos a margem da sociedade. Para Santo Agostinho, que defendia a ideia de que os pais de filhos surdos pagavam por algum pecado que haviam cometido, os surdos podiam comunicar-se por meio de gestos, em equivalência à fala, sendo assim aceitos para a salvação da alma uma vez que seus pecados poderiam ser pagos (HONORA; FRIZANCO, 2009).

John Beverley, em 700 d.C., foi o primeiro a ensinar uma pessoa surda a falar (em que há registro). Por essa razão, ele foi considerado por muitos como o primeiro educador de surdos, de acordo com Honora e Frizanco (2009).

No Brasil, a história da educação dos surdos é iniciada com a decisão de Dom Pedro II que incumbiu o Marquês de Abrantes para organizar uma comissão a fim de promover a fundação de um instituto para a educação de surdos-mudos (termos usado na época que foi fundado o primeiro Instituto de educação para surdos no Brasil). Em 1856, essa comissão se reuniu e tomou como primeira deliberação à criação do Instituto para que a pessoa surda aprendesse. Em 26 de setembro de 1857, foi aprovada a Lei de n. 939 que designava a verba para auxílio orçamentário ao novo estabelecimento e

pensão anual para cada um dos dez alunos que o governo imperial mandou admitir no Instituto. Assim, Dom Pedro II trouxe para o Brasil um surdo francês chamado Edward Huet, iniciando a educação dos surdos no Brasil (SILVA, 2009).

Apesar das lutas enfrentadas ao longo da história, hoje os surdos estão caminhando para a inclusão social e lutando por seus direitos que ainda encontram-se muito limitado. Um dos aspectos fundamentais que facilitou a inclusão da pessoa surda na sociedade foi o reconhecimento da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), pela Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Esta Lei reconhece a LIBRAS como língua oficial brasileira da população surda, sendo a segunda língua brasileira do país. Ela pode ser comparada devido a complexidade e expressividade das línguas orais, pois pode ser passado qualquer conceito, concreto ou abstrato, emocional ou racional, complexo ou simples por meio dela.

Atualmente o Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, constitui-se o documento mais significativo até o momento no que se refere às pessoas surdas no Brasil, visto que por meio dele ratifica a Lei nº 10.435/02 regulamentando-a. Entre as muitas contribuições do decreto, principalmente, em relação à educação de surdos, destaca-se a inclusão da disciplina da LIBRAS como disciplina curricular nos cursos de formação de professores e no curso de Fonoaudiologia.

Como consta, Brasil (2005):

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2005, p.1)

Assim a disciplina da LIBRAS torna-se fundamental para o aluno em formação acadêmica em licenciatura, no sentido de buscar formas de explicar um conteúdo de modo mais claro e objetivo facilitando o trabalho do tradutor-intérprete, bem como possibilitar uma melhor interação entre professor e aluno surdo. Para isso, os discentes das licenciaturas precisam ter na sua formação inicial o ensino da LIBRAS para que a inclusão escolar aconteça adequadamente e que os surdos tenham um ensino de boa qualidade, assim como os alunos ouvintes em escola básicas bilíngues.

Diante do presente contexto, a pesquisa teve como objetivo analisar as contribuições do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), na formação inicial

do professor, no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas na Universidade Federal da Paraíba, Campus II. E os objetivos específicos foram:

- a) Compreender a concepção dos licenciandos em Ciências Biológicas da UFPB, campus II, sobre o ensino da LIBRAS na graduação;
- b) Verificar como foi oferecido e desenvolvido o ensino da LIBRAS no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFPB, campus II;
- c) Avaliar as contribuições da disciplina da LIBRAS na vida acadêmica dos graduandos e dos profissionais já formados na Licenciatura em Ciências Biológicas e que estão atuando;
- d) Analisar as principais dificuldades encontradas pelos discentes para a aquisição da LIBRAS.

A escolha desta área de pesquisa se deu pelo ensino da LIBRAS possibilitar aos graduandos conhecimento sobre o reconhecimento de direitos da população surda e os princípios que alicerçam a inclusão de toda a população brasileira, possibilitando o exercer de atividades docentes de forma a atender a todos igualmente quanto aos direitos e ao fazer adaptações pedagógicas quando necessárias.

A presente pesquisa está organizada em três capítulos, assim caracterizados: primeiro, apresentamos a revisão teórica que traz os aspectos elucidatórios e legais sobre LIBRAS; segundo, o percurso metodológico da pesquisa, caracterizando a abordagem da pesquisa, os participantes e a forma organizativa dos dados; terceiro, apresentamos a análise dos dados, entendendo o olhar dos discentes sobre o ensino da LIBRAS, os conteúdos ensinados nas aulas e a percepção dos alunos sobre a didática do professor da disciplina.

2 **LIBRAS: ASPECTOS HISTÓRICOS, LEGAIS E CONCEITUAIS**

Na sociedade atual observa-se uma inquietação no que diz respeito à inclusão social de pessoas com algum tipo de deficiência, mas nem sempre foi deste jeito. Na antiguidade os surdos eram tratados como animais, pois para a sociedade o pensamento se dava mediante a fala. Assim sem a audição os surdos na época ficavam fora dos ensinamentos e com isso não adquiriam o conhecimento. Os Romanos privavam os surdos de direitos legais, eles não se casavam, não herdavam os bens da família e diante da religião, a Igreja Católica considerava os surdos sem salvação, ou seja, não iriam para o reino de Deus após a morte (SILVA, 2009, p.1). Na Idade Média, começaram a surgir os primeiros trabalhos na educação para a criança surda na sociedade, os nobres que tinham em sua família um descendente surdo começou a educá-lo, pois os primogênitos não tinham direito a herança se não aprendessem a falar o que colocava em risco a riqueza da família. Segundo Honora e Frizanco (2009, p.19):

nesta época os nobres para não dividir suas heranças com outras famílias, acabavam casando-se entre si, o que gerava um grande número de surdos entre eles. E suas almas passaram a ser consideradas mortais, pois eles não podiam falar os sacramentos. Foi então que ocorreu a primeira tentativa de educá-los, inicialmente de maneira preceptorial.

É somente a partir do final da Idade Média que os dados com relação à educação e à vida dos surdos tornam-se mais disponíveis. No ocidente, os educadores de surdos que se têm notícias, começaram a surgir a partir do século XVI um deles foi o Gerolamo Cardano cujo seu filho era surdo (HONORA; FRIZANCO, 2009, p. 20).

Juan Pablo Bonet é um dos primeiros preceptores que resolveu educar os surdos. De acordo com a história Bonet utilizava-se do alfabeto manual para ensinar a leitura e a língua de sinais para ensinar a gramática apesar de ser um defensor da oralidade, não dispensou o auxílio da língua de sinais em seu trabalho (HONORA; FRIZANCO, 2009)

No século XVII era percebido o grande interesse que os estudiosos tinham pela educação dos surdos porque tinham descoberto que esse tipo de educação possibilitava ganhos financeiros, pois as famílias abastadas que tinham descendentes surdos pagavam grandes fortunas para que seus filhos aprendessem a falar e escrever. Tornando assim uma época significativa para a educação dos surdos, como traz Honora e Frizanco (2009, p.22):

O século XVIII é considerado o período mais próspero da educação dos surdos. Neste século, houve a fundação de várias escolas para surdos. Além disso, qualitativamente, a educação do surdo também evoluiu, já que, através da língua de Sinais, eles podiam aprender e dominar diversos assuntos e exercer diversas profissões.

Somente no final do século XVIII surgiram trabalhos realizados em instituições, pois até esta data eram os preceptores: médicos, religiosos ou gramáticos, que desenvolviam essa tarefa. O filósofo, o barão de Gérando, diretor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris acreditava que os surdos entravam na categoria de selvagens e sua língua era vista como pobre quando comparada a língua oral e não deveria ser usada na educação, mas antes de sua morte, Gérando reconheceu que estava errado e frisou a importância do uso dos sinais. Muito antes de 1750, a maioria dos surdos que nasciam não era alfabetizada ou instruída. Em 1789, L'Épée morre e a França passa por um período difícil de mudanças significativas que de certo modo atingiria os surdos. Abbé Sicard é o novo sucessor do abade morto e assume brilhantemente o seu cargo. Como L'Épée, Sicard fez a escola crescer e isto despertou a inveja se assim pode-se dizer dos defensores do oralismo. Todas as tentativas eram valorizadas com relação à cura dos surdos, pois entendiam que a surdez era uma doença e não uma deficiência. Não importavam os caminhos, pois para a sociedade naquela época a surdez era uma “doença” que necessitava ser curada a qualquer preço. Itard empenhou-se em treinar os surdos para a fala, pois de acordo com Moura (2000, p.27), a

única esperança para se salvar o surdo seria através do desenvolvimento da fala, que o transformaria e isto só poderia ser feito através de treinamento articulatorio e da restauração da audição, pois se a audição fosse restaurada, a fala também o seria.

Existe um grande equívoco, o surdo não precisaria falar oralmente para se tornar um cidadão ou um ser pensante. “Uma vez que os surdos foram usados, deslocados e colocados em situação de desconforto social que lhes causou muito sofrimento e tudo isso muito mais por não serem usuários de uma língua oral do que por serem surdos”, segundo Honora e Frizanco (2009, p. 25).

Na história consta que Itard após dezesseis anos de tentativas e experiências frustradas de oralização, reconheceu que o surdo seria melhor educado através da língua de sinais. (SILVA, 2009). Durante anos, os surdos não eram respeitados e eram

considerados “retardados”¹ quando não se adaptavam ao oralismo que se caracteriza pelo desenvolvimento da fala do surdo. Para os defensores deste método, a língua falada era considerada essencial para a comunicação e desenvolvimento integral das crianças surdas. Destaca-se:

O oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva. Essa estimulação possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte e desenvolver uma personalidade como a de um ouvinte. Ou seja, o objetivo do oralismo é fazer uma reabilitação da criança surda em **direção à normalidade**. Grifo nosso (GOLDFELD, 2002, p. 34)

O termo **direção à normalidade** mostra o quanto a pessoa surda era desrespeitada, não reconhecida em suas características e necessidades, pois para a sociedade da época a pessoa surda para ser respeitada precisaria entrar no padrão de normalidade, a qual identificava a oralização um padrão comum e único reconhecido pela sociedade.

Atualmente, outro método utilizado em escolas que trabalham com alunos surdos é o bilinguismo, que usa como língua materna a Língua Brasileira de Sinais e como segunda língua a Língua Portuguesa na modalidade escrita. É no bilinguismo que a possibilidade de uma educação pautada nos interesses do surdo desponta-se promissora. Após tentativas de educar o surdo a partir de metodologias baseadas na oralização, nas quais o fracasso era inevitável, o bilingüismo se torna sem dúvida o caminho mais curto para o aprendizado do indivíduo surdo visto que valoriza suas habilidades. A abordagem educacional com o bilingüismo para surdos é aquela que acima de tudo estabelece que o trabalho escolar deve ser feito em duas línguas, com privilégios diferentes: a (L1) Língua de Sinais como primeira língua e a (L2) língua da comunidade ouvinte local como segunda língua (SÁ, 2002, p.59). No bilingüismo entende-se que a surdez traz uma diferença cultural-linguística e não como deficiência a ser normalizada através da reabilitação (COUTO; RUBIO, p.4, 2014).

Especificamente, no Brasil, a educação dos surdos teve início durante o Segundo Império com a chegada do Mestre Hernest Huet que trouxe o manual francês dando origem a Língua Brasileira de Sinais com grande influência da língua francesa. Huet

¹ “retardado” - termo usado para época para identificar pessoas com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor. Hoje, o termo não é mais utilizado devido a grande carga preconceituosa que traz e por não identificar com clareza o que significa a deficiência intelectual.

apresentou documentos importantes para educar os surdos, mas ainda não havia escolas especiais.

Por iniciativa do Governo Imperial, os marcos fundamentais da educação especial se deram através da criação do Instituto dos Meninos Cegos (hoje, Instituto Benjamin Constant) e do Instituto dos Surdos-Mudos (hoje, Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES) situados no Rio de Janeiro (BUENO, 1993, p.85). Ainda segundo Bueno (1993, p.90), “por muitos anos, o caráter assistencialista norteou a educação especial no Brasil, muitas vezes ligada a ordens religiosas”.

A primeira escola de surdos no Brasil foi criada pela Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857 por Dom Pedro II no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, voltado à educação literária e ensino profissionalizante de meninos estabelece o oralismo puro como filosofia de educação. Entretanto, a LIBRAS sobreviveu no ensino em sala de aula, para crianças com idade entre 7 e 14 anos e teve como primeiro professor Ernesto Huet, cidadão surdo francês, trazendo consigo a Língua de Sinais Francesa.

Honora e Frizanco (2009) apontam que durante os anos 1880, com a proibição do uso da língua de sinais os insucessos escolares foram notados em todo o mundo. Os surdos passavam por oito anos de escolaridade com poucas aquisições e saíam das escolas como sapateiros e costureiros, aqueles surdos que não se adaptavam ao Oralismo eram considerados retardados. Não era respeitada a dificuldade de alguns surdos por causa de sua perda de audição severa e profunda. As pessoas somente estavam interessadas em fazer com que o surdo fosse “normalizado” e que desenvolvesse a fala para que assim ninguém precisasse mudar ou sair da sua situação confortável. Quem deveria mudar era o surdo. O que não entendia é que para a grande maioria deles, não era condição possível: a oralização. (HONORA; FRIZANCO, 2009)

Por volta da década de 1990, do século XX foi que a LIBRAS passou a ser um direito do cidadão surdo adquirindo maior visibilidade e tendo uma dimensão sociológica e política. Como afirma Sampaio (2007, p.69):

há documentos, entidades e instituições vêm lutando para inclui – lá (LIBRAS) ao lado da língua portuguesa como língua materna que tenha acesso e uso prático em ampla escala. A lei determina que serviços públicos de saúde, garantam atendimento e tratamento adequado aos portadores de necessidades especiais. Porém obriga a ter intérpretes, o que impossibilita o atendimento serviços públicos, supermercados, bancos e a maioria das escolas públicas também não possuem funcionamento com conhecimento da LIBRAS, o que torna o surdo um brasileiro ainda sem direito a cidadania.

2.1 DEFINIÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: ASPECTOS CONCEITUAIS E LEGAIS

A Língua estudada foi e vai sendo de suma importância para a comunicação do professor-aluno, aluno-gestor e outras pessoas. Ela é utilizada tanto por pessoas ouvintes como por indivíduos surdos, mas ao longo da história, infelizmente, ainda vemos muitas discriminações.

A LIBRAS é uma língua de modalidade gestual-visual e não pode ser chamada de gesto ou mímica, pois não possui estas características e sim apresenta normas gramaticais e estrutura de língua. Assim, a LIBRAS é a sigla usada da Língua Brasileira de Sinais, usadas nas comunidades surdas e não surdas, manualmente feitas com gestos e expressões faciais. Sua diferença das demais línguas é a modalidade visual-espacial, sendo mais facilmente o surdo aprender outras línguas de sinais como o francês, o inglês devido LIBRAS ser viso-espacial, etc.(COUTO; RUBIO, 2014)

Complementando essa idéia, o autor Fernandes (2003, p.39) apresenta o seguinte conceito da LIBRAS:

As línguas de sinais são sistemas abstratos de regras gramaticais, naturais das comunidades de indivíduos surdos que as utilizam. Como todas as línguas oral-auditivas, não são universais, isto é, cada comunidade lingüística tem a sua. Assim há uma língua inglesa, uma americana, uma francesa e várias outras e vários outros países, bem como a brasileira.

Já para Abreu (2006, p.9), a Língua Brasileira de Sinais é um sistema linguístico legítimo e natural, utilizado pela comunidade surda brasileira, de modalidade gestual-visual e com estrutura gramatical independente da Língua portuguesa falada no Brasil. A LIBRAS possibilita o desenvolvimento linguístico, social e intelectual daquele que a utiliza enquanto instrumento comunicativo, favorecendo seu acesso ao conhecimento cultural-científico, bem como a integração no grupo social ao qual pertence. E cada país desenvolve sua língua de sinais, mas como destaca Baldo e Iacono (2008, p. 10),

mesmo dentro do próprio país, pode haver mais de uma língua. É possível, na língua de sinais serem produzidas poesias, expressões idiomáticas que emocionem, comunicam sentimentos aos ouvintes e deixam o surdo maravilhado porque ele, muitas vezes, muito melhor que os que ouvem, percebe e interpreta a expressão facial e corporal.

O primeiro Estado brasileiro cuja legislação incluiu a Língua de Sinais utilizada pela comunidade surda, foi o estado de Minas Gerais, a partir da Lei nº 10.379, de 10 de

janeiro de 1991, a qual reconhece oficialmente no Estado de Minas Gerais como “meio de comunicação objetiva e de uso corrente a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais – Libras.” (ALMEIDA, 2012, p. 27)

Quadros (1997, p. 80) apresenta suas conclusões sobre aquisição da língua de sinais por crianças surdas, afirmando que suas pesquisas apontam que a LIBRAS é organizada no cérebro da mesma forma que as línguas orais mostrando assim que ela é natural.

A LIBRAS foi regulamentada pela Lei 10. 436/02, sancionada pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, esta Lei dispõe em seus parâmetros apontar para o acesso e a inclusão das pessoas surdas à educação. Com a oficialização desta lei, foi decretados parâmetros nunca antes estabelecidos (BRASIL, Lei nº 10.436, de 24 abril de 2002). Assim ela se expressa:

Artigo 1º - É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. E Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, Lei nº 10.436, de 24 abril de 2002).

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 prevê a oferta obrigatória do ensino da LIBRAS desde a educação infantil, considerando a língua portuguesa como L2 (L2 significa segunda língua, já que a LIBRAS seria a L1 – primeira língua) para estudantes surdos. Portanto, a LIBRAS, como outras línguas de sinais, precisa ser entendida como uma língua singular, pois possui uma estrutura particular baseada em alguns parâmetros, a saber:

- a. Configuração das mãos: são formas das mãos, que podem ser da datilologia (alfabeto manual) ou outras formas feitas pela mão predominante, ou pelas duas mãos do emissor ou sinalizador;
- b. Ponto de articulação: local em que se faz o sinal, podendo tocar alguma parte do corpo ou estar em um espaço neutro;
- c. Movimento: os sinais podem ter um movimento ou não;
- d. Orientação/direção: os sinais têm uma direção com relação aos parâmetros acima;
- e. Expressão facial e/ou corporal: as expressões faciais ou corporais são de grande importância para o entendimento real do sinal, sendo que a entonação em Língua de sinais é feita pela expressão facial. (FELIPE, 2005 apud NOVAES, 2010, p. 50)

O Decreto trata ainda da inclusão da LIBRAS como disciplina curricular nos cursos de formação de professores e nos cursos de Fonoaudiologia, da formação do professor da LIBRAS e do instrutor da LIBRAS, da formação do tradutor e intérprete de LIBRAS/Língua Portuguesa, da garantia do direito à educação e à saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva e do papel do poder público e das empresas no apoio ao uso e difusão da LIBRAS.

Assim o fato de termos a disciplina como obrigatória na formação de professores já pode ser considerado um grande avanço. Strobel (2008, p. 102) considera que:

são raros os professores habilitados para trabalhar com os alunos surdos em sala de aula. Na maioria dos cursos de Pedagogia nas universidades não tinham estas especializações para esta área, somente agora salvo pelo decreto n. 5626, de 22 de dezembro de 2005 que dá obrigatoriedade das aberturas de cursos de LIBRAS nestes cursos, as coisas podem melhorar.

Segundo Vitaliano; Dall'acqua e Brochado (2010), na Lei 10.436/02 e no Decreto 5626/05 existe a ocultação de informações essenciais para a elaboração dos programas da referida disciplina, visto que:

[...] não dispõem sobre: os conteúdos; a carga horária da disciplina de LIBRAS e; sua natureza, se teórica ou prática. Além disso, os seus objetivos não ficam explícitos, pois o fato de prever a obrigatoriedade de uma única disciplina nos cursos anteriormente citados não garante o domínio da referida língua, que como qualquer outra língua requer para seu aprendizado tempo e treino.

Diante disso, apropriar-se efetivamente de LIBRAS assim como de qualquer outra língua requer muito mais que um semestre ou mesmo um ano todo de curso. Uma vez que é preciso ter profissionais qualificados para que dêem suportes necessários aos estudantes e ofereçam uma sólida formação também no campo do ensino da LIBRAS. Como traz na LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) 9.394/96, art.59, inciso III: os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: professores com especialização em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Diante disso, a Educação Inclusiva é sem dúvida um dos maiores desafios do sistema educacional. Desde a década de 1970, a Educação Inclusiva envolve muito mais do que o aluno com necessidades especiais, ela envolve também a família, a escola e a

sociedade. Ela considera os princípios de igualdade de condições de oportunidades e qualificação da educação para todos.

Segundo Lima (2006, p. 18) todas as crianças surdas em sua linguagem deve efetivar-se mediante o aprendizado da língua portuguesa e da aquisição da LIBRAS. Assim, a língua do país de origem do surdo deve ser sua segunda língua, no caso do Brasil, estamos falando do português. A linguagem é o meio em que as pessoas usam para se expressar, registrar acontecimentos, socializar-se, aparentemente é a marca registrada da cultura das pessoas, com ela verbalmente ou manualmente é possível expandir conhecimentos. Com a aquisição da língua de sinais a pessoa surda pode ter acesso aos diferentes segmentos sociais e a comunicação com os ouvintes, valorizando-se uma maneira de pensar, agir, ver o mundo e suas características culturais. (COUTO; RUBIO, 2014)

Segundo Silva e Pereira (2003) o direito do aluno surdo à educação através da língua de sinais está assegurado na Declaração de Salamanca, no artigo 19, artigo este não incorporado nos documentos que regulam a inclusão do aluno surdo no sistema regular de ensino em nosso país. Assim, o que se vê na prática, são professores tentando se comunicar com os alunos surdos de qualquer jeito, sem mesmo acreditarem na efetividade de tal procedimento. Ainda segundo as autoras, as questões acerca do uso e conhecimento da LIBRAS revelam que essa língua é pouco conhecida pela maioria dos sujeitos do estudo.

O ensino da LIBRAS possibilita os graduandos ter conhecimento sobre o reconhecimento de direitos da população surda e os princípios que alicerçam a inclusão de toda a população brasileira, possibilitando o exercer de atividades docentes de forma a atender a todos igualitariamente quanto aos direitos e ao fazer adaptações pedagógicas quando necessárias. Segundo Werneck (1997, p.8), “normalizar uma pessoa não significa torná-la normal. Significa dar a ela o direito de ser diferente e ter suas necessidades reconhecidas e atendidas pela sociedade”. E são estes os fundamentos e diretrizes que devem ser respeitados e normatizados durante a formação do professor, para que ele, futuramente, possa exercer práticas educativas de cunho inclusivo dentro do ambiente escolar e social.

3 METODOLOGIA: O PERCURSO REALIZADO

O trabalho se caracteriza como uma pesquisa de campo, com cunho quanti-qualitativa. Enquanto a pesquisa quantitativa traz dados numéricos sobre os objetos de pesquisa; a pesquisa qualitativa representa um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação. Diehl (2004) apresenta um esboço acerca destas duas estratégias:

- a. a pesquisa quantitativa é o uso da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utilizando-se técnicas estatísticas, objetivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança;
- b. a pesquisa qualitativa, por sua vez, descrevem a complexidade de determinado problema, sendo necessário compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos, contribuir no processo de mudança, possibilitando o entendimento das mais variadas particularidades dos indivíduos.

Segundo Portela (2005, p. 2), a pesquisa qualitativa “não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc.”, por este motivo escolheu-se esta abordagem de investigação junto com a pesquisa quantitativa.

Para o desenvolvimento da pesquisa, primeiramente, desenvolveu-se um levantamento bibliográfico sobre conceitos, leis e concepções na área de estudos sobre LIBRAS, para que se tivesse um estudo mais aprofundado sobre essa temática abordada.

No segundo momento, iniciou-se a pesquisa de campo com a aplicação de questionários semiestruturados para 40 alunos em curso e egresso, aqui denominados de participantes da pesquisa. Eles foram delimitados em: 20 que já cursaram a disciplina obrigatória de LIBRAS, mas ainda estão em curso; e os demais 20 já concluíram o curso de licenciatura em Ciências Biológicas. A fim de coletar dados que buscasse atingir os objetivos propostos: Compreender a concepção dos licenciandos sobre o ensino da LIBRAS na graduação; Verificar como foi oferecido e desenvolvido; Avaliar as contribuições da disciplina na vida acadêmica dos graduandos; Analisar as principais dificuldades encontradas.

Segundo Parasuraman (1991), o questionário semiestruturado é um instrumento de pesquisa que se constitui como um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos.

As principais temáticas de análise foram: o ensino da LIBRAS; conhecimento apriori, sua importância e dificuldades para adquiri-la; contribuição do ensino de LIBRAS; conteúdos apresentados e abordados pelos professores da LIBRAS; visão dos graduandos sobre a didática dos professores.

Dentre os participantes da pesquisa alguns levaram o questionário para responder em casa e para os alunos egressos, pelo fato deles residirem em outras cidades como Viçosa (MG), Remígio, João Pessoa, Campina Grande e Alagoinha, cidades do estado da Paraíba, a pesquisadora contatou os mesmos por digital e enviou os questionários via *email*.

Este trabalho foi conduzido em um espaço delimitado: Universidade Federal da Paraíba, Campus II, curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. A UFPB originou-se da antiga Escola de Agronomia da Paraíba. A inauguração da Escola ocorreu em 15 de abril de 1936, pelo Dr. José de Sousa Maciel, Presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba, ocupando, na época, de forma interina, o Governo do Estado. O curso de Licenciatura em Ciências Biológicas foi criado em 2005, segundo a Resolução 25/2005. Teve a implantação da disciplina de LIBRAS na matriz curricular desde o ano de 2006, já ministraram a disciplina dois professores até hoje: uma mestra e doutora em educação, psicopedagoga e pedagoga e o outro professor especialista, com graduação em Letras/LIBRAS. Mas, a disciplina só foi oferecida a partir de 2011 para as turmas em pesquisa devido à falta de professores habilitados e concurso público. Durante o ano de 2011 a Prof^a. Doutora ministrou a disciplina por ser proficiente na língua, todavia, como se previa a Lei 10. 432/02, o ensino de LIBRAS deve ser feito por profissional habilitado, por este motivo, em 2012 houve a seleção pública para professor de LIBRAS. A seleção para professor específico da disciplina ocorreu em 2012, sob as normas do edital 94 de 07/11/2012 da UFPB/CCA, publicado no diário oficial da União. Como perfil para o cargo previa-se: Licenciatura em Letras Libras ou Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua; ou Graduação em qualquer área e certificado de proficiência em Libras, reconhecido pelo MEC. Os pontos temáticos para as provas escrita e didática da LIBRAS foram:

1. Aspecto sócio histórico, linguístico e cultural da educação de surdos.
2. Princípios políticos e legais da inclusão de LIBRAS nos cursos de formação docente: documentos nacionais e internacionais.
3. Concepções de linguagem, língua e fala e suas implicações no campo da Surdez.
4. Interface entre Educação Especial, Educação inclusiva e o ensino de LIBRAS.
5. Pesquisas em Libras no Brasil: bilinguismo, identidade e cultura.
6. Aquisição e aprimoramento da Língua e da linguagem pelos surdos: a formação de leitores e produtores de textos.
7. Aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semântico-pragmáticos da Língua Brasileira de Sinais.
8. Metodologias de ensino de LIBRAS para população surda e não surda.
9. Classificação e etiologia da deficiência auditiva e Surdez
10. O papel do Interprete na construção da linguagem, pelos surdos. (edital 94/2012, UFPB)

No terceiro momento os questionários foram analisados e organizados. Os nomes dos participantes da pesquisa foram mantidos em sigilo por questões éticas, sendo que, os discentes foram identificados por A 1, A 2, A 3, A 4 assim por diante. Os alunos egressos foram identificados como AE e numerados como os alunos em curso. Essa diferenciação de identidade se deu pela necessidade de se entender se a compreensão dos alunos egressos era diferente dos alunos em curso.

4 A ANÁLISE DOS DADOS: ENTENDENDO O OLHAR DOS DISCENTES SOBRE O ENSINO DE LIBRAS

A escola inclusiva é aquela que atende a todos aceitando suas individualidades e necessidades. Para Sassaki (2002, p.41), especialista em educação, a inclusão é um processo sem volta que exige da escola um comprometimento significativo para que todos possam usufruir os benefícios do processo educacional. Para que a escola torne-se inclusiva é necessário professores bem preparados e com conhecimentos para instruir todos os alunos, adaptando suas práticas e reconhecendo as necessidades de seus discentes. Considerando isto, despertar o olhar e a aquisição da LIBRAS é uma chance que poucos têm a oportunidade e a legislação aponta esta exigência na formação dos futuros professores, sendo assim podemos dizer que os licenciandos são privilegiados pela obrigatoriedade da disciplina. Ao analisar a percepção dos graduandos em licenciatura em Ciências Biológicas, constatamos que o primeiro contato com a língua se deu durante o curso. A pesquisa mostra que 62 % desconheciam a LIBRAS e os 38% dos alunos que já conheciam a língua, afirmam reconhecerem via os meios de comunicação, como televisão e internet. Assim alguns se expressaram:

“Apenas no rodapé dos programas de televisão, quando disponibilizado”. (AE 1)

“Mídia e redes sociais”. (A 2)

“Na escola em que estudava no ensino Fundamental e Médio sempre apareciam vendedores que traziam kits e juntamente entregavam um pequeno folder com o alfabeto e também pela televisão sempre que passavam os programas com interpretes”. (A 3)

“Conhecimento através da mídia eletrônica”. (AE 4)

“Conhecia a LIBRAS de uma maneira bem superficial. Apenas sabia fazer meu nome, mas quando passava a legenda na televisão ficava sempre observando porque achava bonito”. (AE 5)

Assim, percebe-se a importância que a disciplina da LIBRAS tem para os futuros docentes, pois sem esta formação inicial, os mesmos chegariam a sala de aula sem nenhum conhecimento a respeito da LIBRAS para trabalhar com os possíveis alunos surdos e não superariam o preconceito e/ou medo em trabalhar com este público. Para os que já conheciam a língua, nota-se que possuem um conhecimento restrito ligado apenas a mídias e TV. Mesmo apesar da Lei nº 10.436/02, já existir há 12 anos e

ter inúmeros estudos a respeito da inclusão de pessoas surdas, muitos indivíduos ainda não têm acesso e/ou oportunidades na aprendizagem da LIBRAS.

Ao perguntar qual a contribuição do ensino da LIBRAS para sua formação, 100% dos entrevistados declararam ser muito importante, observa-se isto claramente na voz do A6: *“muito importante, pois se me deparar com um aluno surdo na sala de aula, ou até mesmo fora dela, já saberei me comunicar com o mesmo.* Já o A7, demonstra na sua fala que a contribuição foi além da formação profissional, despertando nele a sensibilidade para se colocar no lugar do outro e compreender que as pessoas mesmo sendo diferentes têm direitos iguais:

“Como pessoa e como profissional a disciplina de LIBRAS sensibilizou o meu olhar para o outro. Além de possibilitar a interação com pessoas surdas e mudas (sic), reduzindo a barreira de exclusão pela falta de informação.” (AE 7)

Os professores devem estar capacitados e interessados no desenvolver dos alunos, para isto é preciso que eles estudem sobre a LIBRAS e aprenda-a para que haja a comunicação entre todas as pessoas ouvintes e não ouvintes. Os conhecimentos adquiridos pelos discentes serviram bastante para sua prática como professor (95%) e apenas 5% declararam que não; mas vale ressaltar que este público não tem contato com salas de aula e contatos com a população surda. Podemos observar isto na fala da AE 4 *“Como minha experiência em sala de aula até o presente momento foi curta, não tive oportunidade de trabalhar Libras em sala de aula na condição de professora”* e na fala da AE 5 *“visto que ainda não me deparei com alguma situação que precisasse fazer uso de Libras em sala de aula, portanto ao encontrar com um professor surdo os conhecimentos que sabia da LIBRAS, já me ajudou a entender o que ele estava dizendo.”*

Os demais 95% responderam que houve inúmeras contribuições em sua formação e assim se expressam:

“Contribuiu de forma significativa no ensino de pessoas surdas.” (A11)

“Contribuiu, vai contribuir ainda mais, a partir do momento que me encontrar em uma sala de aula e chegar o momento de lhe dar com alguma pessoa.” (A 12)

“Auxiliar no exercício da profissão na sala de aula quando encontramos alunos surdos.” (AE 13)

“Mesmo não tendo ainda uma experiência com alunos surdos, já surgiu a oportunidade de me comunicar dentro da sala com visitantes. Ajudando na comunicação com os estudantes.” (AE 14)

“Como professor estou mais apto a me inserir na educação de inclusão.” (AE 15)

Tais dados ratificam o que já se esperava na aplicabilidade do Decreto 5. 626/05 e da Lei 10. 436/02 que traz normatização sobre o ensino da LIBRAS. Como Stainback e Stainback (2001) afirmam que para a escola se tornar inclusiva é necessário que os professores estejam aptos a superar as diferentes barreiras durante o processo de ensino e aprendizagem e podemos afirmar que a comunicabilidade é uma das grandes dificuldades para a compreensão e aquisição de conceitos pelo ser humano.

Quanto a necessidades de identificar quais eram as principais dificuldades que os alunos tiveram para cursar LIBRAS, 24% responderam que não tiveram dificuldades, no entanto, uma parcela de 76% considerável afirmaram ter encontrado dificuldades. Considerando o percentual de alunos participantes, que apresentaram dificuldades, identificamos que 50% estavam relacionadas com expressão corporal e facial; 9% compreender os diálogos; 26% justificaram com relação à configuração das mãos e 15% a grande quantidade de sinais existentes. Isto se dá, na grande maioria das vezes, pela falta de treino e exercício da língua, pois para se tornar proficiente em uma língua exige-se não só a aquisição de vocabulário, mas também a sua utilização no cotidiano, permitindo o aprimoramento das expressões faciais e corporais que são essenciais para LIBRAS.

Vale destacar que, alguns alunos, mesmo tendo afirmado não encontrar dificuldades, acabou apontando alguns aspectos que já foram apontados pelos demais 76 %:

“Confesso que não encontrei dificuldades, pois já trazia um grande interesse em aprendê-la. Mas posso colocar em relação a grande quantidade de sinais existentes e alguns até parecidos ou iguais [...]” (A 6)

“Não encontrei dificuldades na aprendizagem da LIBRAS, apenas nas expressões faciais.” (AE 7)

Embora tenham afirmado que não houve nenhuma dificuldade, os graduandos deixam claro que apresentaram sim dificuldade na aquisição da LIBRAS, o que nos afirma que há necessidade de se repensar em práticas didáticas que permitam os graduandos exercitarem mais as expressões faciais em contextos de comunicabilidade. Como por exemplo, realizar uma dinâmica com os alunos para que eles pratiquem as expressões faciais de frente a um espelho. Aprender a LIBRAS, além da necessidade de se aprender as questões estruturais ou gramaticais, comuns a aprendizagem de qualquer língua, são necessárias habilidades motoras e expressivas, o que torna difícil a aprendizagem da LIBRAS por parte de algumas pessoas. Esta dificuldade já foi

apontada por Reily (2008, p. 120) que destaca sobre o mito de que “é fácil aprender a língua de sinais”; assim como não é fácil para o surdo aprender a língua portuguesa, como a L2, o inverso também ocorre para pessoas ouvintes no processo de aquisição de LIBRAS como L2.

4.1 OS CONTEÚDOS ENSINADOS NAS AULAS DE LIBRAS

Os conteúdos trabalhados em sala de aula pelos docentes nas escolas básicas também aparece com diferentes enfoques nas universidades brasileiras, durante a formação de professores. Assim esta pesquisa teve o intuito de identificar os diferentes conteúdos ministrados pelo professor da LIBRAS, relacioná-los como pontos importantes na formação docente. Dos conteúdos mais listados pelos graduandos, identificamos o estudo da história e cultura dos surdos (34%); Legislação sobre LIBRAS (20%), tradução de LIBRAS para o português e vice-versa (9%), Alfabeto manual, numeral e números (5%), Verbos e diálogos (5%), Pronomes (15%), verbos e flexão verbal (3%); Advérbios de tempo e adjetivos e suas formas (3%), Comparatividade (2%), Animais, substantivos e meios de comunicação (3%), todos os assuntos listados (1%).

Ao questionar quais os conteúdos mais difíceis, 35% dos alunos responderam a expressão facial e corporal; 12 % os pronomes; 15% configuração das mãos e parâmetros; 14% diálogos; 18% tradução de libras para o português; 4% legislação sobre LIBRAS e 2% verbos. Percebemos que a expressão facial tornou-se uma barreira para a maioria dos alunos, pelo fato de muitos alunos terem vergonha ou serem tímidos para se expressar, como cita A6: “[...] *a expressão facial e corporal, pois as vezes tinha vergonha*”. Esta é uma característica dos alunos em início da graduação, o que aponta a necessidade de mais atividades que desenvolvam habilidades orais durante o Ensino Fundamental e Médio para que ao chegar à universidade estes alunos já estejam mais preparados, uma vez que esta vergonha também tem sido percebida como dificuldade, por exemplo, na apresentação de seminários e outros eventos acadêmicos, dificultando várias disciplinas e não somente da LIBRAS.

Mas, este não foi o empecilho para que os discentes desistissem da conclusão da disciplina, levando em consideração que aprender a LIBRAS, assim como qualquer outra língua, é bastante difícil e necessita de um longo período de tempo, não apenas um semestre. Como cita Vitaliano; Dall’Acqua e Brochado (2010):

não dispõem sobre: os conteúdos; a carga horária da disciplina de LIBRAS e; sua natureza, se teórica ou prática. Além disso, os seus objetivos não ficam explícitos, pois o fato de prever a obrigatoriedade de uma única disciplina nos cursos anteriormente citados não garante o domínio da referida língua, que como qualquer outra língua requer para seu aprendizado tempo e treino.

Vale dizer que a UFPB oferece a disciplina no sétimo período da matriz curricular do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, com uma carga horária semestral de 60 horas, tendo como ementa:

Aspectos sócio-históricos, lingüísticos e culturais da Surdez. Concepções de linguagem, língua e fala e suas implicações no campo da Surdez. Elementos definidores do status lingüísticos da Língua de Sinais. Aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semântico-pragmáticos da Língua Brasileira de Sinais. A Libras na relação fala e escrita. (PROGRAMA DE ENSINO DE LIBRAS, 2013).

Nota-se que todos os conteúdos apontados pelos participantes da pesquisa fazem parte do programa de ensino da disciplina de LIBRAS no curso de Ciências Biológicas, da UFPB. Como Martins (2008) afirma ao ensinar LIBRAS os professores têm grande responsabilidade, pois estão proporcionando ao outro a possibilidade de comunicação, simples equívocos de sinais ou expressões podem oferecer erros de interpretação e comunicação.

Para Martins, não pode ser “superficial o ensino da língua de sinais, tomando uma única disciplina semestral, como manual de inclusão dos surdos na escola e na sociedade” (MARTINS, 2008, p.195). Mesmo a UFPB cumprindo a legislação sobre formação de professores, ela ainda poderia oferecer mais possibilidades de aprendizagem da LIBRAS, fortalecendo sua responsabilidade social quanto aos aspectos de inclusão social.

Trazendo ainda a problemática sobre a aquisição das expressões faciais e corporais, como trata no Decreto nº 5.626/05 a [...] expressão facial e/ou corporal: são de grande importância para o entendimento real do sinal, sendo que a entonação em Língua de Sinais é feita pela expressão facial. Para Faria e Assis (2011, p. 20) “elas são utilizadas em todas as línguas. No caso das línguas de sinais, as expressões faciais desempenham um papel fundamental e devem ser estudadas detalhadamente.” Para que haja um bom entendimento durante o diálogo com as pessoas surdas.

4.2 PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE A DIDÁTICA DO PROFESSOR DA DISCIPLINA

Na literatura sobre didática e práticas pedagógicas, há a indicação de inúmeros meios e recursos para as aulas, que podem ser utilizados pelos professores, com resultados comprovadamente positivos (PILETTI, 1995; RONCA, ESCOBAR, 1998) e que são fundamentais para que os discentes diminuam suas dificuldades e almejem um bom desempenho escolar. Buscando compreender quais recursos e meios utilizados pelos professores da LIBRAS, questionamos aos participantes, quais destes recursos e/ou instrumentos mais tiveram contato, os dados nos permitiram afirmar que: vídeos (30%), fotos (5%), imagens (26%), música, dinâmicas (24%) e dramatizações (11%), jogos (3%), como podemos observar na (Figura 1):

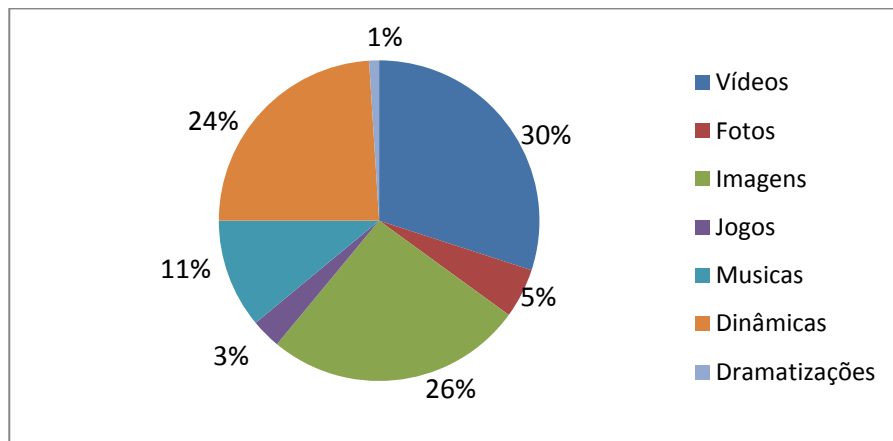


Figura 1: Percepção dos alunos acerca da didática do professor (a).

Nota-se que o maior percentual diz respeito aos vídeos, uma vez que este recurso é mais atrativo para o aluno. Dessa forma, os graduandos saíram da situação de agente passivo passando a ser agente ativo de sua própria aprendizagem podendo aprender os conteúdos expostos pelo professor e interagir com os colegas ao terem que exercitar os diálogos e/ou compreendê-los quando exibidos pelos vídeos e também pelos demais recursos didáticos.

Assim, os demais recursos didáticos têm o seu valor no ensino e aprendizagem, pois todos eles contribuem no aprendizado dos educandos, mas o que percebemos é que a maioria dos graduandos identificaram os recursos que são mais dinâmicos, atrativos e ativos. De acordo com Costoldi e Polinarski (2009, p. 2), “os recursos didáticos são de fundamental importância no processo de desenvolvimento cognitivo do aluno”, uma vez

que amplia a habilidade de observação, deixando o educando mais próximo da realidade e de situações do seu dia-dia, fazendo com que os alunos aprendam com maior facilidade os conteúdos e ocorrendo a aprendizagem de forma efetiva.

Utilizar ferramentas que possibilitem aos estudantes participar e expressar suas opiniões, interagindo com os demais colegas de sala favorece na assimilação dos conteúdos e consequentemente na comunicabilidade por meio da LIBRAS. Nessa perspectiva Trivelato e Oliveira (2006, p.2) afirmam “a utilização de recursos didáticos pedagógicos diferentes dos utilizados pela maioria dos professores (quadro e giz), deixam os educandos mais interessados em aprender”.

Ao analisar se os alunos gostaram da didática utilizada nas aulas da LIBRAS 100% dos discentes responderam que sim, o que nota-se que estes recursos ajudaram no aprendizado, como mostram nas falas a seguir:

“O professor esteve sempre bem humorado e preocupado com o aprendizado da turma”. (AE 5)

“O professor utilizou de uma boa dinâmica, o que faz com que a aula não ficasse monótona e contribuiu no aprendizado”. (A 6)

“O professor estava o tempo todo interagindo com os alunos e trazia para a sala de aula assuntos do dia a dia”. (AE 7)

“O professor era bastante dinâmico”. (A 8)

“As aulas ministradas pelo professor sempre foram dinâmicas e criativas, Exemplo: Fazíamos atividades desde escritas a coral ou peça teatral, piadas. (AE 9)

“Gostei da didática do professor da disciplina porque aprendemos na o conteúdo por meio de dinâmicas, atividades em grupo, músicas, bem como por meio de discussões em sala em torno da importância da disciplina para os a educação nos dias atuais”. (AE 10)

“Por que ele conseguia repassar o conteúdo proposto de forma entendível aos alunos. Sempre utilizando vídeos, conversações, trabalhos, apresentação, provas”. (AE 11)

Percebemos que a didática é excelente para despertar a capacidade de observação e de acordo com Costoldi e Polinarski (2009, p. 24), “os recursos didáticos são de fundamental importância no processo de desenvolvimento cognitivo do aluno”, uma vez que permite uma maior fixação do conteúdo e consequentemente da aprendizagem. Assim as falas acima deixam claro o quão significativo é utilizar recursos didáticos em sala de aula, diferentes do quadro e giz. Neste sentido Souza afirma que

o professor deve ter formação e competência para utilizar os recursos didático-pedagógicos que estão ao seu alcance e muita criatividade, ou até mesmo construir juntamente com os alunos, pois, ao manipular esses objetos a criança tem a possibilidade de assimilar melhor o conteúdo. Os recursos didáticos não devem ser utilizados de qualquer jeito, deve haver um planejamento por parte do professor, que deverá saber como utilizá-lo para alcançar o objetivo proposto por sua disciplina (SOUZA, 2007; COSTOLDI; POLINARSKI, 2009, p. 111).

Ter professores competentes e com compromisso com seu trabalho permite o ensino e aprendizado do alunado, todavia vale ressaltar que o despreparo de professores pode acarretar no histórico de aprendizagem com marcas negativas na formação dos seus alunos. Observando isto, procuramos identificar se houve pontos negativos e/ou positivos no ensino da LIBRAS; o que constatamos é que 98% dos participantes da pesquisa responderam que não tiveram pontos negativos, e dois por cento apontaram que os pontos negativos são: a baixa carga horária da disciplina e a falta de contato direto com a população surda. Dos 2% que apontaram aspectos negativos, uma participante trouxe: *“Curto o tempo, por ser um único período, dessa disciplina, poderia ser mais extensa”*. (AE 18).

Especificamente sobre a concepção dos graduandos sobre os pontos positivos e negativos da disciplina na sua formação, identificamos que 100% dos entrevistados identificam benefícios quanto a sua formação docente. Assim eles se expressam:

“Para mim foi tudo maravilhoso.” (A 3)

“Facilitou a comunicação com as pessoas surdas.” (AE 4)

“Formação humana; Habilitação em LIBRAS; Conhecimento da Deficiência Auditiva.” (AE 5)

“Acesso ao conhecimento de LIBRAS; Poder praticar diálogos em LIBRAS; Fazer parte de um coral de LIBRAS.” (A 6)

“Aprender uma nova língua e entender fisiologicamente a diferença entre surdo- mudo, ou somente surdo.” (AE 7).

“Conhecer a língua brasileira de sinais, aprender os sinais que possibilitem a comunicação quando necessário, expandir o conhecimento sobre a necessidade que o professor tem de saber lidar com as particularidades de cada aluno.”(A 8)

“Conhecimento novo, melhorar como profissional, não segregar meus alunos.” (AE 9)

Ao questionarmos os participantes se o professor demonstrava atualização com a matéria da disciplina, obtivemos 88% apresentavam excelente atualização e somente

12% identificaram a atualização dos professores como boa. Em nosso entendimento, a atualização é tão importante quanto o domínio de conteúdo, já que vivemos em um mundo em constantes mudanças e o professor precisa estar atualizado. Glat e Blanco (2007, p. 33) ponderam que

[...] o sucesso da política de Educação Inclusiva depende diretamente da continuidade da existência dessa rede de suportes especializados, incluindo-se a formação inicial e continuada de professores especialistas nos diferentes tipos de necessidades especiais e níveis de ensino. Pois, só o diálogo entre especialistas e generalistas fará com que a escola construa as melhores respostas educativas para todos os seus alunos.

Em relação à disponibilidade do professor em atender os alunos fora da sala de aula, 75% dos graduandos responderam que seu professor de LIBRAS era excelente para prestar este serviço. Sempre que necessário eles estavam disponíveis para esclarecer quaisquer dúvidas e assuntos relacionados à aula; 17% declararam um bom atendimento; 8% acreditam que este atendimento é regular.

Ao analisar a exigência do professor em relação aos conteúdos ministrados em sala de aula, encontramos 15% achou seu professor muito exigente aos conteúdos abordados, porém 73% acreditaram que os mesmos são exigentes, 12% discordam achando razoável. Estes dados mostram que mesmo os professores sendo exigentes, estabeleceram uma boa relação com os alunos, o que não ocorre na maioria dos casos, onde professores exigentes deixam seus alunos insatisfeitos, havendo pouco diálogo e muita cobrança. Podemos destacar também que para ser um bom professor é preciso articular exigência com respeito e amor. Como Cunha (2008, p.67) “[...] o que vai dar qualidade ou modificar a qualidade do aprendizado será o afeto”. A exigência nem sempre deixa marcas positivas, porém para os entrevistados elas foram enriquecedoras servindo. Para Cunha (2008), ao pesquisar sobre “ser o bom professor afirma que toda prática docente deixa marcas de aprendizagem, sejam elas boas ou ruins.” E com certeza os professores em estudo deixaram boas marcas no ensino da LIBRAS.

Podemos ainda apontar que o bom professor faz uso de prática de avaliação em que possam identificar o desempenho de seus alunos sem autoritarismo, mas com autoridade. Para Freire (1989) a autoridade, sendo um produto da relação professor e aluno é necessária, podendo ser eficaz, conduzir o discente a se disciplinar, sendo esse então capaz de adequar seu comportamento a determinadas regras, definidas por ele ou não. É preciso ser exigente sem ter autoritarismo, para que os alunos alcancem sua

formação. Percebemos que os alunos da pesquisa estão preparados para os desafios do ensinar e aprender, pois tiveram em sua formação professores muito bem preparados e com excelente conhecimento sobre a Língua. Em relação ao trabalho realizado pelo professor da LIBRAS, contribuiu para seus alunos com uma gama de conteúdos e debates relacionadas à educação de alunos surdos e ao ensino da LIBRAS, deixando marcas positivas tanto nos alunos em egresso como nos alunos em formação, despertando em cada um deles a dedicação pela nova língua e pela educação. As concepções dos alunos, tanto egresso como cursantes encontram-se na mesma base de respostas, não percebendo qualquer diferencial entre as respostas dadas, o que ratifica que o ensino da LIBRAS é importante na formação do professor; sobretudo na possibilidade de aquisição de uma nova Língua que poderá facilitar no processo de construção de uma escola inclusiva e a comunicabilidade que entendemos ser um aspecto fundamental para que as pessoas possam se compreender e se aceitarem como diferentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalidade de analisar as contribuições do ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), na formação inicial do professor no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Percebemos que o ensino da LIBRAS é de suma importância para a preservação da identidade surda, bem como contribuir para a valorização e reconhecimento da cultura das pessoas não ouvintes.

A inclusão social é um dos temas mais marcantes na atualidade nas pesquisas educacionais, e o que mais nos deparamos é com o despreparo de professores para efetivar as políticas inclusivas. Ao avaliarmos a contribuição da disciplina em relação a esta questão, destacamos sua importância no processo de formação de professores, com vistas a desconstruir a concepção de que é simplesmente uma disciplina imposta por lei, mas uma necessidade real na construção de uma sociedade inclusiva.

Com a utilização da LIBRAS em programas de televisão, palestras, eventos sociais diversos, etc., mesmo sendo uma pequena parcela, é um meio importantíssimo para que a LIBRAS se torne mais conhecida e difundida entre as pessoas ouvintes e não ouvintes.

As dificuldades apontadas pelos entrevistados acrescentaram que uma única disciplina é muito pouco para a formação docente, havendo a necessidade da ampliação da carga horária para o aprimoramento da Língua. E, vale ainda ressaltar, que a disciplina deveria ser ofertada antes dos estágios supervisionados para que os discentes possam ir para os estágios supervisionados preparados, caso tenham alunos surdos na escola.

Podemos constatar que os alunos da LIBRAS apresentam dificuldades na aquisição da Língua, sendo a principal a expressão facial e corporal, destacando assim que os professores ainda precisam encontrar soluções para ajudar no ensino e aprendizado dos seus alunos, para que estes não venham se deparar com situações constrangedoras e para eles ditas como vergonhosas. Para isso, há uma grande diversidade de recursos didáticos e dinâmicas para ajudar no ensino destes discentes, como exemplo: utilização de vídeos, dinâmicas, simulações de conversação, exercício de conversão e tradução, dramatização de histórias e outras situações para que os alunos possam desenvolver as expressões faciais e corporais.

Mesmo o curso, o qual a disciplina de LIBRAS foi avaliada, ter somente 9 anos de existência, nota-se que tanto os alunos das primeiras turmas (egresso) quanto os que

ainda estão terminando o curso, tiveram professores muito bem preparados e apresentam excelente conhecimento sobre a Língua e estão preparados para os desafios do ensinar e aprender. Em relação ao trabalho realizado pelo professor da LIBRAS, consideramos que contribuíram para seus alunos com uma gama de conteúdos e debates relacionadas à educação de alunos surdos e ao ensino da LIBRAS.

Sendo assim as concepções dos alunos, tanto em egresso quanto cursantes encontram-se na mesma base de respostas, portanto não percebendo qualquer diferencial entre as respostas dadas. O ensino da LIBRAS é mais que uma obrigatoriedade nos cursos de formação docente, ela torna-se essencial para a consolidação de uma sociedade inclusiva, a qual reconhece os direitos de todas as pessoas aos diferentes segmentos sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Josiane Junia Facundo. **Libras na formação de professores: percepções dos alunos e da professora**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2012. PDF

ABREU, Antônio Campos. **Língua Brasileira de Sinais: Uma conquista histórica**. Senado Federal - Brasília. 2006.

BALDO, Cirlei Fátima; IACONO, Jane Peruzo. **Letramento para alunos surdos através de textos sociais**. Paraná. 2008. Disponível em:<
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1905-8>>. Acesso em 30 de agosto de 2014.

BUENO, José Geraldo Silveira. Educação Especial Brasileira. **Integração/Segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ, 1993.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação, **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**, Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras.

_____. **Lei Nº. 10.436**, de 24 de abril de 2002. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Senado Nacional: Brasília, 2002.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Senado Federal, Brasília, 1996.

COSTOLDI, Rafael; POLINARSKI, Celso Aparecido. **Utilização de recursos didático pedagógicos na motivação da aprendizagem**. I Simpósio Internacional de Ensino e Tecnologia.

COUTO, Letícia Ferreira de; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira, **Libras**: uma análise histórica na perspectiva da educação inclusiva, Revista Eletrônica Saberes da Educação—Volume5—nº1—2014. Disponível em:
http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5n12014/Leticia.pdf
Acesso em 07 de novembro de 2014.

CUNHA, Maria Isabel. **O bom professor e sua prática**. 20. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

DIEHL, Astor Antonio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004

FARIA, Evangelina Maria Brito de; ASSIS, Maria Cristina de. **Língua Portuguesa e LIBRAS**: teorias e práticas 5. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

FELIPE, Tânia Amara. **Curso básico**: livro do estudante. 9. ed. Rio de Janeiro: Walprint, 2009.

FERNANDES. Eulália. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FERREIRA, Acácio de Assunção – Jr. Autoridade ou Autoritarismo?A “**Didática do Comportamento**”: uma necessidade na relação Professor-Aluno. Disponível em:
<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-praxis-pedagogicas/PDF>. Acesso em 08 de janeiro de 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista. 2ª ed. São Paulo: Plexus, 1997.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. **Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva**. In: GLAT, Rosana (org.). Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. **Livro ilustrado de língua brasileira de sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda cultural, 2009.

LIMA, Daisy Maria Collet de Araújo, **Educação infantil**: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez, 4ª edição, Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal, Brasília, MEC, 2006.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **Análise das vantagens e desvantagens da Libras como disciplina curricular no ensino superior**. Cadernos do CEOM - Memória, História e Educação, Chapecó, ano 21, n. 28, 2008.

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter/ Fapesp, 2000.

PARASURAMAN, A. **Pesquisa de mercado**: Questionário. 2. ed. Addison Wesley Publishing Company, 1991.

PILETTI, Claudino. **Didática Geral**. Editora Ática. São Paulo, SP. 1995.

PORTELA, Girlene Lima. **Abordagens Teórico-metodológicas**: Pesquisa Quantitativa ou Qualitativa? Eis A Questão. 2005.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1997.

REILY, Lucia. **Escola Inclusiva**: Linguagem e mediação. 3 ed. Campinas-SP: Papirus Editora, 2008.

RONCA, A. C. C.; ESCOBAR, V. F. **TÉCNICAS PEDAGÓGICAS**: domesticação ou desafio à participação?. 3º Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

SAMPAIO. Maria Janaína Alencar. **A construção de textos na escrita de surdos**: estratégias do sujeito na transição entre sistemas lingüísticos. Dissertação (Mestrado em Linguagem Linguísticos). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.

SÁ, Nídia Regina Limeira. **Cultura, Poder e Educação de Surdos**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SASSAKI. Romeu Kazumi. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de janeiro: WVA, 1997.

STAINBACK, S. & STAINBACK, W. **Inclusão**: guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SILVA, Silvana Araujo. **Conhecendo um pouco da história dos surdos**. Artigo científico, Londrina, 2009. Disponível em:
<http://www.uel.br/prograd/nucleo_acessibilidade/documentos/textolibras.pdf> Acesso em 10 de setembro de 2014

SILVA, A.B.P.; PEREIRA, M.C.C. **O aluno surdo na escola regular**: imagem e ação do professor. Psicologia: Teoria e pesquisa. Brasília, v.19, n.2, 2003.

STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 1 ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2008. V. 1.

SOUZA, Salete Eduardo de. **O uso de recursos didáticos no ensino escolar**. In: I Encontro de Pesquisa em Educação, IV Jornada de Prática de Ensino, XII Semana de Pedagogia da UEM: “Infância e Práticas Educativas”. Arq Mudi. 2007.

TRIVELATO, Silva L. F.; OLIVEIRA, Odisséa Boaventura. **Prática docente**: o que pensam os professores de ciências biológicas em formação. Artigo apresentado no XIII ENDIPE. Rio de Janeiro, 2006.

VITALIANO, C. R. ; DALL' ACQUA, M. J. C.; BROCHADO, Sônia M. D. **Língua Brasileira de Sinais nos currículos dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas dos Estados do Paraná e de São Paulo**: caracterização da disciplina, Londrina: EDUEL, 2010.

WERNECK. Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro. WVA, 1997.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

EU, _____, concordo de livre e espontânea vontade, participar da pesquisa sobre as contribuições do ensino de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), na disciplina de Libras, do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, na Universidade Federal da Paraíba, podendo os dados serem divulgados no relatório de pesquisa. Areia, __/__/____. Assinatura _____

1. Você já tinha conhecimento da LIBRAS antes de cursar a disciplina?

() sim () não. Se sim, como conheceu?

2. O (a) professor(a) demonstra atualização com matéria da disciplina?

() Excelente () Bom () Regular () Fraco

3. Em relação a capacidade de transmissão dos conhecimentos?

() Excelente () Bom () Regular () Fraco

4. Seu (sua) professor (a) disponibiliza atendimento aos alunos fora de sala de aula?

() Excelente () Bom () Regular () Fraco

5. Qual o seu interesse pela disciplina?

() Excelente () Bom () Regular () Fraco

6. Quanto à avaliação dos conceitos abordados pelo professor, como você avalia a prática dele (a)?

() Muito Exigente () Exigente () Razóavel () Pouco Exigente

7. Você gostou da didática do (a) professor (a) ministrar a disciplina? Por quê?

() Sim () Não

8. Qual a contribuição do ensino de LIBRAS para sua formação?

9. Seu aprendizado em LIBRAS contribuiu para sua prática como professor?

() sim () não . Justifique a resposta.

10. Quais as principais dificuldades que você encontrou para aquisição de LIBRAS?

11. Quais foram os 3 pontos positivos e 3 negativos da disciplina quanto a sua formação docente?

12. Quais são os conhecimentos que você adquiriu na disciplina de LIBRAS ao longo de sua formação?

() História da educação dos surdos
() As modalidades de ensino para os surdos (oralismo, bilingüismo e LIBRAS)
() Legislação sobre LIBRAS
() Aspectos das deficiências
() Cultura da população surda

() Configuração de mão e Parâmetros da LIBRAS,
() Tradução de Libras para Português e vice-versa
() Regionalismo em LIBRAS – variações lingüísticas
() Alfabeto manual, numeral e números;

- () Expressões faciais e corporais; () Diálogos ;
- () Identificação pessoal e cumprimentos; ()Tipos de frases; Ponto de articulação;
- () Familiares e características de gênero; () Pronomes; Verbo e flexão verbal;
- () Animais, Substantivos e Meios de transporte; () Advérbios de tempo e Adjetivos e suas formas;
- () Verbos, ()Comparatividade; Classificadores; Intensificação.
- () Todos os conteúdos listados acima

13. Dos conteúdos acima listados, quais eram os mais fáceis e os mais difíceis?

Mais fáceis	Mais Difícies

14. Quais eram os recursos e práticas utilizados pelo professor para o ensino de LIBRAS? Assinale todos que você teve acesso.

- () Vídeos () Jogos () Imagens () Dramatizações
- () Música () Fotos () Dinâmicas

15. Se você já teve contato com pessoas surdas, qual foi a contribuição de LIBRAS para a sua comunicabilidade?

Obrigad@ pela contribuição!!!

ANEXO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Resolução nº 25 / 2005

Aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas: Bacharelado com habilitação em Ecologia e Licenciatura, do Centro de Ciências Agrárias, Campus II, desta Universidade.

O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, da Universidade Federal da Paraíba, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que deliberou em reunião ordinária realizada em 21 de junho de 2005 (Processo nº 23074.020260/05-11),

CONSIDERANDO:

A necessidade de capacitação de professores do Centro de Ciências Agrárias para atuar nos campos de trabalho emergentes na área; os critérios e os padrões de qualidade estabelecidos pela UFPB para formação de profissionais; a importância de um Projeto Político Pedagógico dinâmico e atual que estará em constante processo de avaliação; as diretrizes fixadas pela Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que orientam a elaboração curricular; as diretrizes curriculares do MEC para os Cursos de Ciências Biológicas – Resolução CNE/CES 7/2002; as diretrizes do MEC para os Cursos de Licenciatura – Resolução CNE/CP 1/2002; a Resolução do MEC – CNE/CP 2/2002 – que institui carga horária para os cursos de Licenciatura; a Resolução CONSEPE/UFPB 34/2004 – que orienta a elaboração e reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFPB; a Resolução CONSEPE/UFPB 04/2004 – que estabelece a Base Curricular para a Formação Pedagógica dos Cursos de Licenciatura da UFPB; a Resolução CONSEPE/UFPB 52/2003 – que orienta a inclusão de Componentes Curriculares Flexíveis nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFPB.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas: Bacharelado com habilitação em Ecologia e Licenciatura do CCA/UFPB.

§ 1º. Compreende-se o Projeto Político Pedagógico de Ciências Biológicas: Bacharelado com habilitação em Ecologia e Licenciatura do CCA/UFPB, como sendo o conjunto de ações sócio-políticas e técnico-pedagógicas relativas à formação profissional que se destinam a orientar a concretização curricular do referido Curso.

§ 2º As definições relativas aos objetivos do Curso, perfil profissional, competências, atitudes e habilidades, e campo de atuação dos formandos encontram-se relacionadas no Anexo I.

Art. 2º O Curso de Ciências Biológicas: Bacharelado com habilitação em Ecologia e Licenciatura do CCA/UFPB tem como finalidade conferir o grau de bacharel e licenciado, respectivamente, aos alunos que cumprirem as determinações constantes da presente Resolução.

Art. 3º O Curso de Ciências Biológicas: Bacharelado com habilitação em Ecologia e Licenciatura do CCA/UFPB funcionará no turno diurno/noturno, e noturno/sábado, respectivamente, terá a duração mínima de 08 (oito) e máxima de 12 (doze) períodos letivos e o currículo será integralizado em 3.135 horas (três mil cento e trinta e cinco) horas, equivalentes a 209 (duzentos e nove) créditos para o Bacharelado com habilitação em Ecologia e 3.180 horas (três mil cento e oitenta) horas, equivalentes a 212 (duzentos e doze) créditos para a Licenciatura.

§ 1º. Será permitida a matrícula em no máximo 30 (trinta) e no mínimo 16 (dezesesseis) créditos por período letivo, excetuando-se os casos julgados excepcionais pelo Colegiado do Curso.

Art. 4º Além do limite de horas fixado no artigo 3º, o aluno poderá aumentar a carga horária relativa à sua formação se o fizer por meio de outras atividades acadêmicas complementares, conforme regulamentação específica.

Art. 5º A composição curricular, integrante do Projeto Político-Pedagógico, resulta de conteúdos fixados de acordo com as especificações abaixo, sendo desdobrados conforme especificado no Anexo I:

Curso de Ciências Biológicas: Bacharelado com Habilitação em Ecologia

Conteúdos	Carga Horária	Créditos*	Porcentagem
Básicos profissionais	2.280	152	72,7%
Complementares obrigatórios	315	21	10,1%
Complementares optativos	330	22	10,5%
Complementares Flexíveis	210	14	6,7%
Total	3.135	209	100,0%

* Cada crédito equivale a 15 h/aula.

Curso de Ciências Biológicas: Licenciatura

Conteúdos	Carga Horária	Créditos*	Porcentagem
Básicos profissionais	2.295	153	72,2%
Complementares obrigatórios	420	28	13,2%
Complementares optativos	255	17	8,0%
Complementares Eletivos	210	14	6,6%
Total	3.180	212	100,0%

* Cada crédito equivale a 15 h/aula.

Art. 6º As modalidades de componentes curriculares serão as seguintes:

I. Disciplinas;

II. Atividades;

- a) atividades de iniciação à pesquisa e/ou extensão;
- b) seminários - discussões temáticas;
- c) atividades de monitoria;
- d) elaboração de trabalho de conclusão de curso;
- e) participação em projetos de iniciação científica e extensão;
- f) participação em eventos;
- g) oficinas e congêneres;

III. Estágios;

IV. Outras atividades relevantes para a formação do aluno, mediante aprovação do colegiado.

§ 1º. O Estágio Supervisionado para a Licenciatura está incluído nos conteúdos básicos e profissionais, e terá duração de 405 (quatrocentas e cinco) horas, divididas em 4 (períodos) a partir do início da segunda metade do curso. O Estágio Supervisionado para o Bacharelado com habilitação em Ecologia também está incluído nos conteúdos básicos e profissionais, e terá duração de 240 (duzentos e quarenta) horas, oferecido no 7º Período.

§ 2º. Nos conteúdos básicos profissionais serão incluídos as disciplinas Metodologia Científica e Pesquisa Aplicada e Introdução à Ciência da Computação, que constituirão a base para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do Curso – TCC.

3º. As modalidades de componentes previstas nos Incisos II, III e IV deste artigo serão regulamentadas pelo Colegiado do Curso para fins de integralização curricular.

§ 4º. O acompanhamento e a avaliação de desempenho do Estágio Supervisionado e das atividades constantes nas modalidades de componentes previstas nos Incisos II, III e IV deste artigo, serão regulamentadas pelo Colegiado do Curso.

Art. 7º O Curso adotará o regime acadêmico de créditos.

Parágrafo único. A estruturação curricular, resultante da lógica de organização do conhecimento, em semestres letivos, será feita conforme especificado no Anexo I.

Art. 8º O Projeto Político-Pedagógico de que trata a presente Resolução será acompanhado e avaliado pelo Colegiado do Curso e será implantado a partir do período letivo 2006.1.

Art. 9º Serão vedadas alterações, num prazo inferior a 08 (oito) períodos letivos, ressalvados os casos de adaptação às normas emanadas pelo CNE e pelo CONSEPE, considerando também as emergências sócio-político-educativas.

Parágrafo único. Adaptações curriculares de caráter emergencial, como: alterações de ementas, remanejamentos de disciplinas por bloco, alterações de pré-requisitos, equivalência de disciplinas e alteração de carga horária das disciplinas, serão aprovadas pelo Colegiado do Curso, ouvidos os Departamentos envolvidos, e encaminhadas à Pró-Reitoria de Graduação, com as justificativas pertinentes, para aprovação.

Art. 10 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, 04 de agosto de 2005.

RÔMULO SOARES POLARI
Presidente

ANEXO I à Resolução nº 25/2005 do CONSEPE, que aprova o Projeto Político-Pedagógico de Ciências Biológicas: Bacharelado com habilitação em Ecologia e Licenciatura do CCA/UFPB, do Campus II da UF
DEFINIÇÕES DO CURSO

Objetivos do Curso

1. Geral

Formar profissionais com conhecimentos sólidos em Ciências Biológicas, Bacharéis com habilitação em Ecologia e Licenciados, que possam atuar em pesquisas científicas e no ensino fundamental e médio ou, ainda, ocupar o mercado de trabalho, capacitados a elaborar e desenvolver projetos relacionados aos objetos de estudo nas áreas preservação, recuperação e melhoramento de ecossistemas, ecologia e biologia vegetal, e assuntos relacionados, assim como atuar em consultorias.

2. Específicos

Reconhecer as leis básicas que regem os processos naturais e antropogênicos, sobretudo aqueles que envolvem os seres vivos; Reconhecer a Terra como um todo integrado, onde a parte viva e não viva influenciam e interdependem mutuamente; Reconhecer os principais cenários de relacionamento, interdependência e sinergia entre os mais diferentes agentes e processos que constituem as dinâmicas do planeta e seus ecossistemas, nos mais variados níveis; Reconhecer os processos e agentes capazes de alterar os sistemas de homeostase terrestres, bem como as alternativas para sua mitigação; Reconhecer os aspectos fundamentais do advento da civilização humana, sobretudo aqueles que contemplem a ação do homem em seu meio ambiente; Reconhecer os instrumentos da sociedade civil, em escala local, regional, nacional e internacional, que regulamentam a atividade humana em seu meio ambiente; Realizar estudos e pesquisas relacionados aos processos e agentes naturais, com ou sem a influência antropogênica; Interagir com grupos multidisciplinares, visando a aglutinação e coordenação de abordagens e ações relacionadas a estudos, pesquisas e atividades ambientais; Interagir na sociedade, no sentido de contribuir para a consolidação da consciência ecológica e do desenvolvimento sustentável; Compreender a terminologia ecológica; Adquirir experiência profissional no trato de questões relativas à Ecologia e ao Meio Ambiente.

Perfil Profissional

O profissional das Ciências Biológicas do CCA (Bacharel com habilitação em Ecologia ou Licenciado) deverá possuir sólida formação humanística, ética, crítica, reflexiva, técnica e científica, que o capacita a:

- Internalizar valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional;
- Ser generalista, detentor de adequada fundamentação teórica, como base para uma ação competente, que inclua o conhecimento profundo da diversidade dos seres vivos, bem como a sua organização e funcionamento em diferentes níveis, suas relações filogenéticas e evolutivas, suas respectivas distribuições e relações com o meio em que vivem;
- Conscientizar-se da necessidade de atuar com qualidade e responsabilidade em prol da conservação e manejo da biodiversidade, políticas de saúde, meio ambiente, biotecnologia, biossegurança, na gestão ambiental, tanto nos aspectos técnicos científicos, quanto na formulação de políticas;

- Pautar sua conduta profissional por critérios humanísticos, compromisso com a cidadania e rigor científico, bem como por referenciais éticos legais;
- Consciente de sua responsabilidade como educador, nos vários contextos da atuação profissional;
- Atuar em consonância com as demandas mundiais, nacionais e regionais, analisando criticamente, antecipando e promovendo suas transformações;
- Estar apto a atuar multi e interdisciplinarmente, adaptável à dinâmica de mercado de trabalho e às situações de mudança contínua do mesmo;
- Estar preparado para desenvolver idéias inovadoras e ações estratégicas, capazes de ampliar e aperfeiçoar suas áreas de atuação.

Competências, Atitudes E Habilidades

O Currículo do Curso de Ciências Biológicas: Bacharelado e Licenciatura deverá dar condições a seus egressos para:

- Pautar-se por princípio da ética democrática, em termos de responsabilidade social e ambiental, dignidade humana, direito à vida, justiça, participação, responsabilidade, diálogo e solidariedade;
- Reconhecer formas de discriminação de qualquer natureza, que se fundem inclusive em alegados pressupostos biológicos, posicionando-se diante delas de forma crítica;
- Atuar nas pesquisas básicas e aplicadas nas diferentes áreas das Ciências Biológicas comprometendo-se com a divulgação dos resultados das pesquisas em veículos adequados para ampliar a difusão e ampliação do conhecimento;
- Portar-se como educador, consciente do seu papel na formação de cidadãos, inclusive na perspectiva socio-ambiental;
- Estabelecer relações entre ciência, tecnologia e sociedade;
- Aplicar metodologia científica para o planejamento, gerenciamento, e execução de processos e técnicas visando o desenvolvimento de projetos e outras atividades em diferentes contextos;
- Desenvolver ações estratégicas capazes de ampliar e aperfeiçoar as formas de atuação profissional;
- Avaliar o impacto potencial e real de novos conhecimentos/tecnologias/serviços e produtos resultantes da atividade profissional;
- Comprometer-se com o desenvolvimento profissional constante, assumindo uma postura de flexibilidade e disponibilidade para mudanças contínuas.

Campo de Atuação

O Bacharel em Ciências Biológicas com habilitação em Ecologia, por meio de uma formação sólida dos princípios da Biologia, é capaz de lidar, tanto em nível técnico quanto em nível experimental, com a elaboração e execução de projetos, de relacionar ciência, tecnologia e sociedade, estando qualificado para atuar em pesquisa básica e aplicada. Poderá atuar nas diversas áreas do conhecimento da Engenharia Genética, Biotecnologia, Biologia Marinha, Ecologia, Fitoquímica, Reflorestamento, Manejo de Populações Vegetais e Animais; Biologia Sanitária e Ambiental, entre outras áreas relacionadas, estando apto, também, para atuar na preservação, saneamento e melhoria do ambiente.

O profissional Licenciado em Ciências Biológicas poderá atuar em instituições de ensino fundamental e médio, institutos de pesquisa, órgãos governamentais e empresas públicas e privadas. O profissional de Ecologia terá espaço de atuação tanto na esfera acadêmica (institutos de pesquisa, escolas públicas e privadas de ensino

fundamental e médio) como em Organizações Não-Governamentais (ONG's) ou empresas dos mais variados ramos. Dentre seus campos de atuação destacamos:

Pesquisa ecológica em geral: atuando em estudos e investigações científicas sobre fenômenos bióticos e abióticos interativos;

Recuperação e manejo de ecossistemas naturais e antrópicos: atuando na modificação da paisagem dos ecossistemas para que melhor possam cumprir seus serviços ecossistemológicos, tais como purificação do ar, homeostase climática, reciclagem de elementos químicos etc;

Educação ambiental: atuando junto à sociedade para a difusão da prática e consciência ambientalista;

Manejo de parques e reservas: atuando na alocação de áreas vocacionadas para os diversos fins numa unidade de conservação, tais como área de pesquisa, administração, turismo ecológico, etc;

Controle de qualidade do meio ambiente: atuando no monitoramento e recuperação da qualidade ambiental para o advento da vida;

Consultoria ambiental: atuando no assessoramento a projetos ambientais;

Auditoria ambiental: atuando na fiscalização de práticas e processos que demandem certificação ambiental;

Conservação da biodiversidade: atuando na aplicação de instrumentos que preservem o patrimônio biológico;

Diagnóstico dos meios físico, biológico, antrópico e suas inter-relações: atuando nos estudos de conhecimento da realidade ambiental e das inter-relações entre componentes.

ANEXO II à Resolução nº 25/2005 do CONSEPE, que aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas: Bacharelado com habilitação em Ecologia do Centro de Ciências Agrárias, do Campus II da UFPB.

Composição Curricular do Curso de Ciências Biológicas:
Bacharelado com Habilitação em Ecologia

1. Conteúdos Básicos Profissionais

1.1 Conteúdos Profissionais de Fundamentação

Curso de Ciências Biológicas: Comuns ao Bacharelado e a Licenciatura

Disciplinas	CR	CH	Pré-requisitos
Fundamentos de Ciências Exatas e da Natureza			
Fundamentos de Matemática	4	60	
Física Geral	4	60	
Química Geral	4	60	
Bioestatística	4	60	Fundamentos de Matemática
Química Orgânica	4	60	Química Geral
Introdução à Ciência da Computação	3	45	
Elementos de Geologia e Pedologia	3	45	Química Geral
TOTAL	26	390	
Fundamentos de Biologia Celular, Molecular e Evolução			
Biologia Celular	4	60	
Bioquímica Geral	4	60	
Biofísica	4	60	Física Geral

Biologia Molecular	3	45	Biologia Celular/ Bioquímica Geral
Genética	4	60	
Paleontologia e Evolução	3	45	Biologia Celular/ Bioquímica Geral
TOTAL	22	330	
Fundamentos de Diversidade Biológica			
Organografia e Fundamentos de Sistemática Vegetal	4	60	
Microbiologia Geral	4	60	
TOTAL	8	120	
Fundamentos de Ecologia Geral			
Ecologia Geral	4	60	
TOTAL	4	60	
Fundamentos Filosóficos e Sociais			
Metodologia Científica e Pesquisa Aplicada	4	60	
Bioética	2	30	
Fundamentos de Sociologia e Antropologia	2	30	
História e Filosofia da Ciência	2	30	
TOTAL	10	150	

1.2. Conteúdos Básicos Profissionais de Aprofundamento

Curso de Ciências Biológicas: Bacharelado com Habilitação em Ecologia

Disciplinas	CR	CH	Pré-requisitos
Fundamentos em Zoologia			
Zoologia dos Invertebrados I	4	60	
Zoologia dos Invertebrados II	4	60	Zoologia dos Invertebrados I
Zoologia dos Vertebrados	4	60	Zoologia dos Invertebrados II
TOTAL	12	180	
Fundamentos em Fisiologia Vegetal			
Fisiologia Vegetal	4	60	Zoologia dos Invertebrados I
TOTAL	4	60	
Fundamentos em Diversificação Vegetal			
Anatomia Vegetal	4	60	Organografia e das Espermatófitas
Taxonomia de Criptógamas	4	60	Organografia e das Espermatófitas
Taxonomia de Fanerógamas	4	60	Organografia e das Espermatófitas
Micologia	3	45	Microbiologia Geral
Citogenética Vegetal	4	60	Genética
Especiação Vegetal	3	45	Genética de Populações,

			Citogenética Vegetal
TOTAL	22	330	
Fundamentos em Ecologia e Meio Ambiente			
Ecossistemas	3	45	
Fitogeografia	4	60	Taxonomia de Fanerógamas
Avaliação de Impactos Ambientais	4	60	
Recursos Naturais Renováveis	4	60	
TOTAL	15	225	
Aprofundamentos em Ecologia Aplicada			
Biologia da Conservação	4	60	Ecossistemas
Ecologia de Paisagem	4	60	Ecossistemas
Ecologia de Campo	5	75	Ecologia Geral, Ecossistemas
TOTAL	13	195	

Disciplinas	CR	CH	Pré-requisitos
Estágio Supervisionado			
Estágio Supervisionado	16	240	Ecossistemas, Recursos Naturais Renováveis
TOTAL	16	240	

2. Conteúdos Complementares

Curso de Ciências Biológicas: Bacharelado com Habilitação em Ecologia

Disciplinas	CR	CH	Pré-requisitos
Conteúdos Complementares Obrigatórias			
Genética de Populações	4	60	Genética
Histologia e Embriologia	3	45	Biologia Celular
Agroecologia	3	45	Ecologia geral
Educação Ambiental	3	45	Ecologia geral, Recursos Naturais Renováveis
Trabalho de Conclusão de Curso	8	120	Introdução à Ciência da Computação, Metodologia Científica e Pesquisa Aplicada
TOTAL	21	315	
Disciplinas	CR	CH	Pré-requisitos
Conteúdos Complementares Optativos (Mínimo 22 créditos/ 330 CH)			
Ficologia	4	60	Taxonomia de Fanerógamas
Botânica Econômica	3	45	Taxonomia de Fanerógamas
Dinâmica de Agroecossistemas	3	45	Ecossistemas
Ecologia de Populações	4	60	Ecologia Geral
Ecologia de Comunidades	4	60	Ecologia Geral
Ecologia Vegetal	4	60	Ecologia Geral
Etnoecologia	3	45	Ecologia Geral
Econegócios e Ecoturismo	3	45	Ecologia Geral

Ecossistemas Aquáticos	4	60	Ecossistemas
Ecossistemas Terrestres	4	60	Ecossistemas
Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto	4	60	
Manejo de Áreas Silvestres	3	45	Ecossistemas/Ecologia Geral
Política e Legislação Ambiental	3	45	
Recuperação de Áreas Degradadas	4	60	Ecossistemas/Ecologia Geral
Vegetação Aplicada ao Paisagismo	3	45	Ecologia de Paisagem
Perícia e Monitoramento Ambiental	4	60	Ecossistemas/Ecologia Geral
Meteorologia e Climatologia	4	60	
Mutagenese Ambiental	3	45	Genética
Conservação de Recursos Naturais	4	60	Genética
Ecologia do Semi-árido	4	60	Ecologia Geral
Disciplina	CR	CH	
Conteúdos Complementares Flexíveis			
Participação de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	7	105	
Participação, com produção, em Eventos Científicos, locais, regionais, nacionais e internacionais	7	105	
TOTAL	14	210	

COMPOSIÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS :
BACHARELADO COM HABILITAÇÃO EM ECOLOGIA

Conteúdos	CH	CR	%
I – Conteúdos Básicos Profissionais	2280	152	72,7
A) Conteúdos Profissionais de Fundamentação	1050	70	
B) Conteúdos Profissionais de Aprofundamento	990	66	
C) Estágio Supervisionado	240	16	
II - Conteúdos Complementares	855	57	27,3
A) Conteúdos Complementares Obrigatórias	315	21	
B) Conteúdos Complementares Optativas	330	22	
C) Conteúdos Complementares Flexíveis	210	14	
Total Geral	3135	209	100

CH- Carga Horária; CR- Créditos

ANEXO III à Resolução nº 25/2005 do CONSEPE, que aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas: Licenciatura do Centro de Ciências Agrárias, do Campus II da UFPB.

Composição Curricular do Curso de Ciências Biológicas: Licenciatura

1. Conteúdos Básicos Profissionais

1.1 Conteúdos Profissionais de Fundamentação:

Curso de Ciências Biológicas: Comuns ao Bacharelado e a Licenciatura

Disciplinas	CR	CH	Pré-requisitos
Fundamentos de Ciências Exatas e da Natureza			
Fundamentos de Matemática	4	60	
Física Geral	4	60	
Química Geral	4	60	
Bioestatística	4	60	Fundamentos de Matemática
Química Orgânica	4	60	Química Geral
Introdução à Ciência da Computação	3	45	
Elementos de Geologia e Pedologia	3	45	Química Geral
TOTAL	26	390	
Fundamentos de Biologia Celular, Molecular e Evolução			
Biologia Celular	4	60	
Bioquímica Geral	4	60	
Biofísica	4	60	Física Geral
Biologia Molecular	3	45	Biologia Celular/ Bioquímica Geral
Genética	4	60	
Paleontologia e Evolução	3	45	Biologia Celular/ Bioquímica Geral
TOTAL	22	330	
Fundamentos de Diversidade Biológica			
Organografia e Fundamentos de Sistemática Vegetal	4	60	
Microbiologia Geral	4	60	
TOTAL	8	120	
Fundamentos de Ecologia Geral			
Ecologia Geral	4	60	
TOTAL	4	60	
Fundamentos Filosóficos e Sociais			
Metodologia Científica e Pesquisa Aplicada	4	60	
Bioética	2	30	
Fundamentos de Sociologia e Antropologia	2	30	
História e Filosofia da Ciência	2	30	
TOTAL	10	150	

1.2 Conteúdos Básicos Profissionais de Aprofundamento
Curso de Ciências Biológicas: Licenciatura

Disciplinas	CR	CH	Pré-requisitos
Fundamento em Zoologia			
Zoologia dos Invertebrados I	4	60	
Zoologia dos Invertebrados II	4	60	Zoologia dos Invertebrados I
Zoologia dos Vertebrados	4	60	Zoologia dos Invertebrados II
TOTAL	12	180	
Fundamento em Fisiologia			
Fisiologia Geral	4	60	Zoologia dos Invertebrados II
Fisiologia Vegetal	4	60	Zoologia dos Invertebrados I
Fisiologia Animal	4	60	Zoologia dos Invertebrados II
TOTAL	12	180	
Fundamento em Anatomia			
Anatomia Animal	4	60	Biologia Celular
TOTAL	4	60	

1.3 Conteúdos de Formação Pedagógica
Curso de Ciências Biológicas: Licenciatura

Disciplinas	CR	CH	Pré-requisitos
Aprofundamento em Pressupostos Antropo-Filosóficos, Sócio-Históricos e Psicológicos			
Fundamentos Psicológicos da Educação	4	60	
Fundamentos Sócio – Históricos da Educação	4	60	
Fundamentos Antropo-filosóficos da Educação	4	60	
Total	12	180	
Aprofundamento em Pressupostos Sócio-político e Pedagógico			
Política e Gestão da Educação	4	60	
Planejamento e Gestão Escolar	4	60	
Total	8	120	
Aprofundamento em Pressupostos Didático-Metodológico e Sócio-Educativo			
Didática	4	60	
Educação e Movimentos Sociais	4	60	
TOTAL	8	120	
Estágio Supervisionado			
Estágio Supervisionado I	4	60	
Estágio Supervisionado II	4	60	
Estágio Supervisionado III	9	135	Didática
Estágio Supervisionado IV	10	150	Estágio Supervisionado III, Didática
TOTAL	27	405	

2. Conteúdos Complementares
Curso de Ciências Biológicas: Licenciatura

Disciplinas	CR	CH	Pré-requisitos
Conteúdos Complementares Obrigatórias			
Educação Especial	4	60	
Genética de Populações	4	60	Genética
Histologia e Embriologia	3	45	Biologia Celular
Educação e Inclusão Social	3	45	
Ecossistemas	3	45	
Educação Ambiental	3	45	
Trabalho de Conclusão de Curso	8	120	Introdução à Ciência da Computação, Metodologia Científica e Pesquisa Aplicada
TOTAL	28	420	
Conteúdos Complementares Optativas (Mínimo 17 créditos / 255 CH)			
Comportamento de Animais Silvestres	4	60	
Biologia e Conservação de Animais	4	60	Genética/ Ecologia Geral
Biologia de Campo	4	60	
Virologia Geral e Molecular	4	60	
Imunologia	4	60	
Microbiologia do Solo	4	60	
Impactos Biológicos da Poluição Ambiental	4	60	
Biodiversidade	4	60	
Ecologia de Populações	4	60	
Política e Legislação Ambiental	3	45	
Diversidade Estrutural em Plantas	4	60	
Ecologia de Campo	4	60	
Elementos de Epistemologia e História da Ciência	4	60	
Micologia	3	45	
Bactereologia Geral	3	45	
Biotecnologia Vegetal	3	45	
Saneamento	3	45	
Elementos de Solos	4	60	Química Geral e Orgânica
Metereologia e Climatologia	4	60	
Mutagenese Ambiental	3	45	Genética
Agroecologia	3	45	Ecologia Geral
Parasitologia	3	45	Zoologia dos Invertebrados I e II
Conservação de Recursos Naturais	4	60	Genética
Conteúdos Complementares Flexíveis			
Participação de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	7	105	
Participação em Seminários, Congressos e Outros	7	105	
TOTAL	14	210	

**COMPOSIÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS:
LICENCIATURA**

Conteúdos	CH	CR	%
I – Conteúdos Básicos Profissionais	2295	153	72,20
A) Conteúdos Profissionais de Fundamentação	1050	70	
B) Conteúdos Profissionais de Aprofundamento	840	56	
C) Estágio Supervisionado	405	27	
II- Conteúdos Complementares	885	59	28,30
A) Conteúdos Complementares Obrigatórias	420	28	
B) Conteúdos Complementares Optativas	255	17	
C) Conteúdos Complementares Flexíveis	210	14	
Total Geral	3180	212	100

CH- Carga horária; CR- Créditos

ANEXO IV à Resolução nº 25/2005 do CONSEPE, que aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas: Bacharelado com habilitação em Ecologia e Licenciatura do Centro de Ciências Agrárias, do Campus II da UFPB.

FLUXOGRAMA

**CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: BACHARELADO COM
HABILITAÇÃO
EM ECOLOGIA E LICENCIATURA**

**1. Conteúdos Comuns ao Curso de Ciências Biológicas: Bacharelado e Licenciatura
(04 Primeiros Períodos)**

Disciplinas Comuns		
Disciplinas	Créditos	Total CH
1º Período		
Biologia Celular	4	60
Fundamentos de Matemática	4	60
Química Geral	4	60
Física Geral	4	60
Introdução à Ciência da Computação	3	45
História e Filosofia da Ciência	2	30
TOTAL	21	315
TOTAL ACUMULADO	21	315
2º Período		
Zoologia dos Invertebrados I	4	60
Bioestatística	4	60
Histologia e Embriologia	3	45
Química Orgânica	4	60
Elementos de Geologia e Pedologia	3	45
Fundamentos de Sociologia e Antropologia	2	30
Metodologia Científica e Pesquisa Aplicada	4	60
TOTAL	24	360
TOTAL ACUMULADO	45	675
3º Período		

Zoologia dos Invertebrados II	4	60
Organografia e Fundamentos de Sistemática Vegetal	4	60
Bioquímica Geral	4	60
Biofísica	4	60
Microbiologia Geral	4	60
Genética	4	60
TOTAL	24	360
TOTAL ACUMULADO	69	1035
4º Período		
Zoologia dos Vertebrados	4	60
Fisiologia Vegetal	4	60
Biologia Molecular	3	45
Genética de Populações	4	60
Paleontologia e Evolução	3	45
Ecologia Geral	4	60
Bioética	2	30
TOTAL	24	360
TOTAL ACUMULADO	93	1395

2. Conteúdos Específicos do Curso de Ciências Biológicas

2.1 Conteúdos Específicos do Curso de Ciências Biológicas: Bacharelado com Habilitação em Ecologia (5º - 8º Período)

Disciplinas do Bacharelado		
Nome	Créditos	Total H.A.
5º Período		
Micologia	3	45
Anatomia Vegetal	4	60
Taxonomia de Fanerógamas	4	60
Agroecologia	3	45
Taxonomia de Criptógamas.	4	60
Optativas		
TOTAL	18	270
TOTAL ACUMULADO	111	1665
6º Período		
Citogenética Vegetal	4	60
Fitogeografia	4	60
Avaliação de Impactos Ambientais	4	60
Ecosistemas	3	45
Recursos Naturais Renováveis	4	60
Optativas		
TOTAL	19	285
TOTAL ACUMULADO	130	1950
7º Período		
Biologia da Conservação	4	60
Educação Ambiental	3	45
Ecologia de paisagem	4	60


Estágio Supervisionado	16	240
Optativas		
TOTAL	27	405
TOTAL ACUMULADO	157	2355
8º Período		
Especiação Vegetal	3	45
Ecologia de Campo	5	75
Trabalho de Conclusão de Curso	8	120
Optativas		
TOTAL	16	240
TOTAL ACUMULADO	173	2595
Total Optativas	22	330
Total Flexíveis	14	210
Total Geral: Bacharelado com Habilitação Ecologia	209	3135

2.2 Conteúdos Específicos do Curso de Ciências Biológicas: Licenciatura (5º - 8º Períodos)

Disciplinas da Licenciatura		
Nome	Créditos	Total H.A.
5º Período		
Fisiologia Geral	4	60
Fundamentos Psicológicos da Educação	4	60
Fundamentos Sócio-Históricos da Educação	4	60
Estágio Supervisionado I	4	60
Fundamentos Antropo-filosóficos da Educação	4	60
Optativas		
TOTAL	20	300
TOTAL ACUMULADO	113	1695
6º Período		
Fisiologia Animal	4	60
Planejamento e Gestão Escolar	4	60
Didática	4	60
Estágio Supervisionado II	4	60
Política e Gestão da Educação	4	60
Ecosistemas	3	45
Optativas		
TOTAL	23	345
TOTAL ACUMULADO	136	2040
7º Período		
Educação Ambiental	3	45
Educação e Movimentos Sociais	4	60
Anatomia Animal	4	60
Estágio Supervisionado III	9	135

Educação Especial	4	60
Optativas		
TOTAL	24	360
TOTAL ACUMULADO	160	2400
8º Período		

Educação e Inclusão Social	3	45
Trabalho de Conclusão de Curso	8	120
Estágio Supervisionado IV	10	150
Optativas		
TOTAL	21	315
TOTAL ACUMULADO	181	2715
Total Optativas	17	255
Total Flexíveis	14	210
Total Geral: Licenciatura	212	3180

	<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS CURSO DE BIOLOGIA <i>Campus II - Areia – PB</i></p>	<p style="text-align: center;">PROGRAMA DE ENSINO DA DISCIPLINA</p>
---	--	--

Departamento: Ciências Fundamentais E Sociais						
PROFESSOR (A): ANA CRISTINA SILVA DAXENBERGER						
CÓDIGO	DISCIPLINA					
3104135	LIBRAS					
ANO/ SEMESTR E	PRÉ-REQUISITO(S)					
2013.1	CURSO ZOOTECNIA					
CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA		DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA SEMANAL			OBRIGATÓRIA/ OPTATIVA
04	TOTA L	SEMAN AL	TEÓRIC A	PRÁTI CA	TEÓRICA/PRÁTI CA	OBRIGATÓRIA
	60 h	04 h	02 h	02h	04 h	
NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA: 30 alunos						

EMENTA

Aspectos sócio-históricos, lingüísticos e culturais da Surdez. Concepções de linguagem, língua e fala e suas implicações no campo da Surdez. Elementos definidores do status lingüísticos da Língua de Sinais. Aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semântico-pragmáticos da Língua Brasileira de Sinais. A Libras na relação fala e escrita.

OBJETIVOS

- Desenvolver autonomia na comunicação com o surdo;
- Compreender a cultura das pessoas com surdez;
- Compreender os principais fundamentos da língua brasileira de sinais (LIBRAS);
- Quebrar barreiras de pré-conceitos em relação ao relacionamento com as pessoas com deficiências;
- Desenvolver habilidade e capacidade de leitura e interpretação de sinais básicos em LIBRAS;
- Elaborar ações propositivas de comunicação alternativa com alunos surdos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade 1 - História da educação de surdos

- 1.1** O surdo na antiguidade
- 1.2** O surdo na idade moderna
- 1.3** O surdo na idade contemporânea
- 1.4** O surdo no século XX
- 1.5** História da educação de surdos no Brasil

Unidade 2 – Aspectos legais relacionados à educação de surdos

- 2.1** Breve panorama das leis em vigência no Brasil relacionadas à inclusão de pessoas surdas
- 2.2** Decreto nº 5.626/2005
- 2.3** A Língua de Sinais
- 2.4** Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

Unidade 3 – Deficiência auditiva; características gerais

- 3.1** Deficiência auditiva: aspectos etiológicos e características gerais
- 3.2** Caracterizando a população surda no Brasil
- 3.3** Como tratar um aluno surdo
- 3.4** Identidade do Surdo e sua cultura

Unidade 4 - LIBRAS e as correntes comunicativas

4.1 LIBRAS: configuração de mão, Parâmetros da LIBRAS,

4.2 Língua Portuguesa e LIBRAS: Diferenças fundamentais entre o português e a LIBRAS.

4.3 Regionalismo em LIBRAS – variações lingüísticas

4.4 Parâmetros gramaticais

4.5 Alfabeto manual e Numeral; Expressões faciais e corporais;

4.6 Identificação pessoal e cumprimentos;

4.7 Familiares e características de gênero; Animais, Verbos, Substantivos e Meios de transporte;

4.8 Diálogos ;

4.9 Tipos de frases; Ponto de articulação;

4.10 Pronomes; Verbo e flexão verbal;

4.11 Advérbios de tempo;

4.12 Numerais e quantificação;

4.13 Adjetivos e suas formas;

4.14 Comparatividade; Classificadores; Intensificação.

4.15 Tradução de textos português/LIBRAS e LIBRAS/português.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas, dialogadas e participativas; trabalhos de pesquisa; leitura de diversas fontes (livros, revistas, sites); estudos individuais e coletivos; utilização de vídeos; leitura e interpretação de textos produzidos por surdos; elaboração de atividades práticas para pessoa surda. Vinte por cento das aulas poderão ser semi-presenciais conforme se prevêna UFPB.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- 1) Prova individual dissertativa e/ou objetiva (10 pontos, com peso 2).
- 2) Trabalhos individuais e em grupo (10 pontos).
- 3) Pesquisa e elaboração do projeto de inclusão para pessoas com deficiência (10 pontos).
- 4) Participação e colaboração nas aulas (10 pontos).

Crítérios:

- a) coerência e objetividade nas solicitações realizadas por meio de provas e trabalhos;
- b) análise crítica sobre os dados coletados na pesquisa e elaboração do projeto pedagógico; organização e coerência na produção do projeto; participação, criatividade na elaboração da oficina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANTES, Valeria Amorim. **Educação de Surdos: Pontos e contrapontos**. Regina Maria de Souza, Núria Silvestre. São Paulo, Summus, 2007 SP.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Centro Nacional de Educação Especial. **Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial: área de deficiência auditiva**, Série Diretrizes, MEC/FENAM, 1995.

HONORA,M.; FRIZANCO, M.L.E. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. São Paulo: Ciranda Cultural, vol.1, 2009.

HONORA,M.; FRIZANCO, M.L.E. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. São Paulo: Ciranda Cultural, vol.2, 2009.

MOURA, M.C., **A língua de sinais na educação da criança surda**, in Língua de sinais e educação do surdo. São Paulo: TEC ART, 1993.

Quadros, Ronice Muller de. **Educação de Surdos: a Aquisição da Linguagem**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

BIBLIOGRAFA COMPLEMENTAR

BRASIL, **L.D.B. nº 9394**, 1996.

CAPOVILLA, Fernando César, Raphael, Walkiria Duarte: **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira**. USP 2001

GOES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e Comunicação**. Campinas/SP:Autores Associados, 1999.

HARLAN LANE: **A Máscara da Benevolência, a Comunidade Surda Amordaçada**. Horizontes Pedagógicos

MEC, **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares**, SEC, 1998.

_____ **Educação especial: tendências atuais**, 1999.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VYGOTSKY, L.S., **A formação social da mente**, São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Periódico

Revista Pátio, Artmed.

Revista Nova Escola, Editora Abril

SITES:

www.ines.gov.br

www.acessobrasil.org.br

www.dicionariolibras.com.br

www.atividadeseducativas.com.br

Profa. Ana Cristina Silva da

Rosa

APROVAÇÃO DO DEPARTAMENTO	DATA	ASSINATURA
	/ /	